



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCSO
CURSO DE PEDAGOGIA

LAURA EMYLLE DOS SANTOS

A PEDAGOGIA PARA ALÉM DO ESPAÇO FORMAL DA ESCOLA: os
lugares da educação na sociedade atual

São Luís
2025

LAURA EMYLLE DOS SANTOS

**A PEDAGOGIA PARA ALÉM DO ESPAÇO FORMAL DA ESCOLA: os
lugares da educação na sociedade atual**

Monografia apresentada à coordenação
do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da
Universidade Federal do Maranhão, Centro de
Ciências Sociais São Luís, como requisito para
obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Verônica Lima
Carneiro Moreira.

São Luís
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos, Laura Emylle dos.

A PEDAGOGIA PARA ALÉM DO ESPAÇO FORMAL DA ESCOLA : os
lugares da educação na sociedade atual / Laura Emylle dos
Santos. - 2026.

70 p.

Orientador(a): Verônica Lima Carneiro Moreira.
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2026.

1. Pedagogia. 2. Educação Não-formal. 3. Educação
Não Escolar. 4. Formação. 5. Atuação do Pedagogo. I.
Carneiro Moreira, Verônica Lima. II. Título.

LAURA EMYLLE DOS SANTOS

**A PEDAGOGIA PARA ALÉM DO ESPAÇO FORMAL DA ESCOLA: os
lugares da educação na sociedade atual**

Monografia apresentada à coordenação
do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da
Universidade Federal do Maranhão, Centro de
Ciências Sociais São Luís, como requisito para
obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Verônica Lima
Carneiro Moreira.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Verônica Lima Carneiro Moreira (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Carlos André Sousa Dublante
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Ana Cristina Champoudry Nascimento da Silva
Universidade Federal do Maranhão

À minha mãe, Maridalva dos Santos, que desde o início desta jornada me apoiou e não mediu esforços para que esse sonho se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, que permitiu que tudo isso acontecesse e cuja infinita graça e sabedoria já conhecia cada palavra aqui escrita antes mesmo que eu sonhasse com este momento. A ele que me deu forças, ânimo e sustento para não desistir e lutar todos os dias pelo meu sonho e objetivo de vida. “O senhor é a minha força e o meu escudo; nele o meu coração confia, e dele recebo ajuda. Meu coração exulta de alegria, e com o meu cântico lhe darei graças.” Salmos 28:7

À minha mãe, Maridalva, a mulher mais guerreira que eu conheço e a que sempre se desdobrou para que nada me faltasse. Ela é o meu exemplo de força, garra e resiliência. Foi a primeira pessoa a acreditar em mim, mesmo quando eu duvidei das minhas próprias capacidades e segurou minha mão nos momentos de incerteza. Cada sacrifício feito para me oferecer uma educação de qualidade valeu a pena. Espero compartilhar com ela todos os frutos que irei colher a partir de agora.

À minha irmã, Ludmilla, que desde o início me apoiou na escolha deste curso e sempre foi minha maior fonte de inspiração profissional. Cada conquista minha é também dela, porque sem o seu apoio e carinho que sempre me ofereceu, eu não teria chegado até aqui. Ela é a minha força quando me sinto fraca, meu refúgio nos momentos difíceis e a lembrança viva de que nunca estarei sozinha.

Ao meu amor, Daniel, por sempre se fazer presente, me apoiando, me ajudando, sendo meu companheiro e melhor amigo. Seu apoio durante essa trajetória foi crucial para que eu conseguisse. Obrigada por confiar e sonhar esse momento comigo, sempre me incentivando a seguir em frente e a não desistir dos meus objetivos. Quando eu duvidei, ele acreditou. Nos dias de sol e nas noites escuras, escolherei você todos os dias pelo resto da minha vida.

À minha amiga, Rosa, que ultrapassou a amizade universitária e se tornou uma irmã para a vida. Seu apoio e incentivo foram fundamentais durante toda a minha jornada acadêmica. A sua presença, nos momentos de alegria e nos dias difíceis, foi uma fonte constante de força e inspiração. Obrigada por todas as trocas e pela parceria durante todos esses anos. Este trabalho é, em grande parte, fruto da sua amizade e da motivação que sempre me ofereceu.

Gostaria de expressar minha gratidão à minha orientadora, Verônica Carneiro, pelo apoio e orientação ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Sua paciência, conhecimento e sugestões valiosas foram fundamentais para a realização desta

monografia. Agradeço pelas discussões que contribuíram para o meu crescimento profissional.

À professora Sirlene Mota, com quem tive a honra de cursar mais de uma disciplina ao longo da minha trajetória acadêmica. Admiro profundamente sua postura profissional e humana, e sou grata pelos ensinamentos compartilhados no campo da pesquisa educacional. A construção deste trabalho só foi possível graças aos conhecimentos e orientações adquiridos com você ao longo da minha formação.

E por fim, agradeço a Universidade Federal do Maranhão, a todos os professores, a coordenação e os demais funcionários, por toda dedicação, acolhimento e carinho ao longo dessa trajetória.

*"Minha mãe disse que a educação vai me
dar voz.
Eu quero mais do que apenas uma voz...
Quero uma voz alta.
Sua educação é sua voz, criança.
Ela vai falar por você, mesmo se você não
tiver aberto a boca"
(Abi Daré)*

RESUMO

Este trabalho é uma análise da atuação do pedagogo para além do espaço escolar, considerando os lugares da educação na sociedade atual e os diferentes contextos educativos nos quais esse profissional pode atuar. A pesquisa é estimulada a compreender que a educação não se limita ao ambiente tradicional de ensino que é a escola, mas que se estende a diversos espaços sociais que desenvolvem processos educativos intencionais. Aborda-se a trajetória histórica do curso de pedagogia e a formação do pedagogo no Brasil, destacando as mudanças ocorridas ao longo do tempo e a influência das legislações e políticas educacionais na construção da identidade profissional do pedagogo. A pesquisa que se caracteriza como qualitativa e bibliográfica, fundamenta-se em autores da área da educação e em documentos legais que orientam a formação do pedagogo no Brasil. Os resultados demonstram que, apesar dos avanços legais e teóricos, os desafios ainda perduram em relação a qualificação do pedagogo para atuar em contextos não escolares. Finaliza com a reflexão de que é necessário reforçar a formação inicial do pedagogo, de modo que contemple as múltiplas possibilidades de campos de atuação que o pedagogo possui frente as demandas da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Pedagogia; Educação não-formal; Educação não escolar; Formação; Atuação do pedagogo; Currículo.

ABSTRACT

This work is an analysis of the role of educators beyond the school environment, considering the place of education in today's society and the different educational contexts in which these professionals can work. The research encourages an understanding that education is not limited to the traditional teaching environment of the school, but extends to various social spaces that develop intentional educational processes. It addresses the historical trajectory of the pedagogy course and the training of educators in Brazil, highlighting the changes that have occurred over time and the influence of educational legislation and policies on the construction of the professional identity of educators. The research, which is characterized as qualitative and bibliographic, is based on authors in the field of education and on legal documents that guide the training of educators in Brazil. The results show that, despite legal and theoretical advances, challenges remain in relation to the qualification of educators to work in non-school contexts. It concludes with the reflection that it is necessary to reinforce the initial training of educators, so that it contemplates the multiple possibilities of fields of activity that educators have in the face of the demands of contemporary society.

Keywords: Pedagogy; Non-formal education; Non-school education; Training. Role of the educator; Curriculum.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Ano de ingresso dos alunos	59
Gráfico 2 - Em algum momento da sua graduação no curso de Pedagogia da UFMA você ouviu falar sobre Educação não formal?	59
Gráfico 3 - Em que momento do curso você tomou conhecimento sobre espaços não formais de educação	59
Gráfico 4 - Como você situaria o seu conhecimento sobre educação não formal	60
Gráfico 5 - Em quais desses espaços você gostaria de atuar enquanto Pedagogo(a)?	61
Gráfico 6 - Como aluno(a) de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, como você entende que o currículo do curso contempla esse tema?	61
Gráfico 7 - O curso de Pedagogia da UFMA deveria contemplar mais esse tema?	62

LISTA DE SIGLAS

AIEF – Anos Iniciais do Ensino Fundamental

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CFE – Conselho Federal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNEFEI – Centro Nacional de Estudos e Formação para Infância Inadaptada

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EI – Educação Infantil

HNA – Hospício Nacional de Alienados

INSHEA – Instituto Nacional Superior de Formação e Pesquisa para a Educação de Jovens com Deficiência e Ensino Adaptado

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PEESP – Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PEDAGOGO NO BRASIL	19
2.1 A formação do pedagogo no Brasil em uma perspectiva histórica.....	19
2.2 O pedagogo nos espaços da educação formal da escola	26
3 O PEDAGOGO E SUA ATUAÇÃO EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCACIONAIS NÃO ESCOLARES NA ATUALIDADE	32
3.1 Caracterização dos espaços não escolares: a ampliação do campo de atuação do pedagogo.....	33
3.2 A contribuição do pedagogo em espaços não formais: desafios e possibilidades da prática pedagógica fora da escola	41
4 O CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFMA.....	49
4.1 Estrutura organizacional do curso: componentes curriculares obrigatórios e eletivos.....	51
4.2 Bases teóricas e metodológicas da formação contidas no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFMA.....	55
4.3 Perfil do egresso segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFMA.....	57
4.4 As percepções dos estudantes de Pedagogia da UFMA: avaliação quanto a preparação para atuação profissional.....	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM ALUNOS.....	70

1 INTRODUÇÃO

A educação é um processo social que permeia toda a formação humana em busca da construção da identidade, da cidadania e do aprimoramento intelectual dos indivíduos, ocorrendo em diferentes espaços e momentos históricos, com o propósito de integrá-los ao meio social em que vivem e com outros sujeitos, desenvolvendo suas habilidades e capacidades de compreensão do mundo, formando cidadãos críticos, criativos e adaptáveis.

Desde os primórdios da humanidade, a educação se fez presente como um processo indispensável para a sobrevivência e desenvolvimento da sociedade. Iniciou-se de maneira intuitiva e natural, onde as crianças aprendiam com os mais velhos por meio da observação, nessa época o aprendizado se firmava nas necessidades momentâneas e os aprendizados que julgavam importantes eram voltados para a sobrevivência, como a caça e a pesca, por exemplo. Com a complexificação e mudanças na sociedade, o processo educativo se modificou e passou a se organizar de uma forma mais sistematizada, especializando e preservando o saber acumulado pelos indivíduos. Nessa perspectiva, surgiram os primeiros modelos de educação estruturada e as primeiras escolas, que atendiam ao público das elites sociais e religiosas. Posteriormente, a educação continuou a se transformar, o advento do capitalismo e a expansão do comércio com os processos industriais requereu ainda mais uma educação intencional e organizada, pois o conhecimento já não se limitava apenas a inserção do sujeito na sociedade, agora passava a ser um mecanismo de força de produção visando lucros.

Diante desse percurso histórico, observamos que a educação ao longo do tempo se transformou, e não se limitava apenas a um lugar isolado da vida cotidiana ou em um lugar reservado exclusivamente a ela. Ela passou a acontecer nas escolas, mas também fora delas, nas vivências, nas relações sociais e culturais, acompanhando o desenvolvimento do homem e à medida que o meio se modificava e se tornava mais complexo, a necessidade de compreender, planejar e orientar intencionalmente os processos educativos surgia, todo esse movimento no âmbito educacional contribuiu para que a educação se consolidasse como um objeto de estudo. Nessa conjuntura, surge a Pedagogia como uma ciência que tem por objetivo o estudo da educação, do processo de ensino e da aprendizagem, e está relacionada

a uma prática social, que apesar de ser vista muitas vezes como um conjunto de teorias para guiar as práticas dos educadores, reduzida a transmissão de conhecimento, envolve algo mais complexo e abrangente. Nesse sentido, Libâneo (2001, p. 3) destaca que:

Um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação e a diversificação das atividades educativas, levando, por consequência, a uma diversificação da ação pedagógica na sociedade. Em várias esferas da prática social, mediante as modalidades de educação informais, não-formais e formais, é ampliada a produção e disseminação de saberes e modos de ação (conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes), levando a práticas pedagógicas.

Assim, observa-se que a responsabilidade educativa atual não está mais limitada às escolas, nem na mera transmissão de conhecimentos engessados, mas sim aberta a vários espaços de interação e compartilhamento de saberes, vivências e experiências. Por isso, essa pesquisa busca refletir sobre os lugares da educação na sociedade atual, visto que com os diversos avanços tecnológicos e com a sociedade se modificando cada vez mais, a educação também passou por mudanças, de modo que acompanhasse o desenvolvimento da sociedade, diante disso, houve uma ampliação dos espaços de atividades educativas, superando a escolarização da educação, ou seja, a educação que antes adentrava somente a sala de aula e espaços escolares, agora perpassa por todos os âmbitos da sociedade, em distintos espaços.

O objeto de pesquisa deste projeto é a educação não formal, praticada em espaços não escolares e é aquela que ocorre fora do sistema formal de ensino, sendo complementar deste, o seu diferencial está justamente na possibilidade de utilizar espaços diferentes daqueles utilizados pela educação formal atendendo necessidades coletivas como propostas de ONGs, movimentos sociais, empresas públicas e privadas, ambientes de privação de liberdade, hospitais, área jurídica e demais seguimentos que observem a necessidade de educação das pessoas inseridas naquele contexto.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo investigar o campo de atuação do pedagogo, com ênfase nos contextos não escolares. A motivação para a pesquisa surgiu da inquietação da pesquisadora em compreender as possibilidades de atuação desse profissional em espaços distintos da escola, considerando que,

histórica e culturalmente, o pedagogo esteve majoritariamente vinculado à educação formal, atuando com crianças, jovens e adultos.

A legislação brasileira vigente – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia – Licenciatura (BRASIL, 2006; 2015) assegura ao pedagogo a possibilidade de atuação também em “espaços não-escolares”. Esses documentos definem que o profissional pode intervir em diferentes contextos educativos, escolares e não escolares, participando da execução, acompanhamento e avaliação de projetos e programas educacionais. Nesse sentido, torna-se necessário ampliar o conhecimento sobre tais oportunidades de exercício profissional, assim como investir em formações que ofereçam suporte adequado para essa diversidade de práticas.

Entretanto, apesar das garantias legais e das orientações presentes nas Diretrizes Curriculares, ainda persiste uma visão restrita do papel do pedagogo, associando-o quase exclusivamente à sala de aula, sobretudo ao trabalho com crianças e ao processo de alfabetização. Essa perspectiva limitada está ligada a um processo histórico que enxerga o pedagogo como um profissional formado para atuar apenas como transmissor de conhecimentos e práticas com crianças, além disso, a organização curricular do curso de pedagogia dá mais ênfase a componentes curriculares voltados para docência e gestão escolar, o que gera dúvidas quanto às suas competências para atuar em espaços além da escola, bem como suas funções, atribuições e formas de intervenção nesses contextos. Isso contribui para a invisibilidade do profissional em outros espaços de educação, mesmo em uma sociedade em constante transformação, na qual os processos educativos se fazem presentes em diferentes contextos sociais e culturais. Daí a importância de ampliar o debate sobre as possibilidades e os desafios da atuação do pedagogo em espaços não formais de educação, reconhecendo a relevância social dessa prática.

A temática dessa tese se justifica pelo fato de haver a necessidade de conhecermos e falarmos mais a respeito da atuação dos Pedagogos em espaços de educação que vão além da escola, mas que possuem a mesma importância para a formação humana. Durante o período de graduação na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, pude perceber que pouco se debateu no curso de pedagogia, sobre os espaços não formais de educação, por isso, será feita uma análise, a partir da organização curricular do Projeto Político Pedagógico, a respeito da formação oferecida por este curso, com o intuito de compreender em que medida essa formação

prepara o futuro pedagogo para atuar em ambientes que extrapolam os muros da escola. A partir deste contexto, foi levantado o seguinte problema para ser investigado: O curso de Pedagogia da UFMA vem contribuindo para a formação de profissionais voltada ao atendimento de demandas oriundas dessa pluralidade de campos de trabalho existentes na atualidade? E como objetivo geral, analisar a atuação do pedagogo em espaços não formais de educação, destacando as possibilidades de inserção profissional e as contribuições oferecidas pelos cursos de Pedagogia para a formação voltada a esse campo.

Os objetivos específicos são:

- Analisar a formação do pedagogo no Brasil, com base em seu desenvolvimento histórico e a ampliação de sua atuação para além do espaço escolar.
- Investigar a atuação do pedagogo em espaços não escolares, identificando as possibilidades, desafios e contribuições desse profissional nos espaços não formais de educação.
- Analisar o currículo do curso de Pedagogia da UFMA, refletindo acerca da estrutura curricular, verificando se as bases teóricas e metodológicas e o perfil do egresso contemplam a formação do pedagogo para atuar em espaços não escolares.

Assim, foram realizadas buscas em materiais físicos e virtuais, a partir de artigos, livros, dados bibliográficos, legislações, entre outros. Para realizar a análise dos materiais coletados na pesquisa, foi utilizado os seguintes procedimentos: leitura exploratória e seletiva, pôr fim a leitura crítica. A presente pesquisa propõe uma abordagem metodológica que combina a análise bibliográfica e uma investigação qualitativa de natureza exploratória, fundamentada teoricamente a partir de materiais de autores como Brzezinski (1996), Gohn (2005), Libâneo (2001), Pimenta (1996), Saviani (2011), dentre outros. Complementada por um levantamento de dados no formato online pela ferramenta digital Google Forms.

Assim, a monografia inicia-se com o capítulo I, intitulado: Formação e Atuação Profissional do Pedagogo no Brasil, com o foco em entender como ocorreu o processo histórico da constituição desse profissional. Inicialmente, discute sobre a trajetória do curso de pedagogia e a formação oferecida aos alunos, desde a origem até transformações que ocorreram ao longo dos anos, considerando as legislações, políticas educacionais e as diretrizes curriculares como ferramentas de influência na construção do perfil do pedagogo. Posteriormente, o capítulo faz uma análise da atuação desse profissional nos espaços formais de educação, sobretudo no ambiente

escolar, evidenciando os ofícios historicamente atribuídos ao pedagogo, principalmente o da docência como eixo principal de sua formação, como também outras atividades pedagógicas, administrativas e de gestão escolar. Já o capítulo II, com o título: O Pedagogo e sua Atuação em Diferentes Espaços Educacionais Não Escolares na Atualidade, realiza uma aplicação da perspectiva da atuação do pedagogo para além da escola, discutindo o trabalho que esse profissional desenvolve em diversos espaços educacionais não escolares. A priori, os espaços não formais são caracterizados como ambientes nos quais ocorrem a educação de forma intencional, mas sem uma rigidez curricular, como em empresas, hospitais, projetos sociais, ONGs, sistema carcerário, área jurídica e outros contextos sociais. Em seguida, é posto uma reflexão sobre as contribuições que o pedagogo pode oferecer adentrando a esses contextos, evidenciando suas possibilidades planejamento, intervenção e planejamento educativo. O capítulo também traz os desafios que permeiam a atuação desse profissional, como a falta de reconhecimento, a limitação na formação inicial e como resultado desses impasses, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que demonstra as potencialidades da atuação pedagógica para além dos muros da escola.

Por fim, o último capítulo intitulado como: O Currículo do Curso de Pedagogia da UFMA, dedica-se a análise do currículo do curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, com foco em seu Projeto Pedagógico. Começa por examinar a estrutura curricular do curso, observando as disciplinas obrigatórias e eletivas, e as bases teóricas e metodológicas que conduzem a formação inicial, também é analisado o perfil do egresso proposto pelo curso e finaliza com as percepções dos estudantes acerca de sua formação no curso de pedagogia da UFMA, se este prepara o aluno para atuar em diferentes contextos educativos, avaliando as potencialidades e limites do currículo vigente até 2025.1.

2 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PEDAGOGO NO BRASIL

Neste capítulo, o objetivo é analisar o processo e evolução da formação e atuação do Pedagogo no Brasil, trazendo à luz o seu percurso histórico e normativo, desde a sua criação, observando as legislações que impulsionaram as mudanças no curso de Pedagogia e contribuíram para a definição da identidade do profissional na atualidade. Se faz necessário esse arcabouço histórico, por acreditar que esse processo seja útil para orientar melhor a compreensão acerca dos fatores históricos que facilitaram e/ou postergaram de certa forma, as transformações sucedidas na estrutura do curso e na caracterização do perfil de seus egressos.

A formação do Pedagogo no Brasil sofreu diversas transformações no período do século XX, impulsionada por políticas educacionais, mudanças sociais e reformas curriculares que juntas reuniram-se em busca de um propósito: suprir as demandas da sociedade de cada período. Sendo assim, é imprescindível compreender como se constituiu historicamente o curso de Pedagogia e de que forma esses fatos contribuíram para a atuação do pedagogo até os dias atuais, principalmente nos espaços formais de educação, visto que, tradicionalmente, é o principal local de atuação desse profissional.

Portanto, esse capítulo está dividido em duas seções: a primeira discute a formação do pedagogo em uma perspectiva histórica, abordando os acontecimentos que estruturam o curso; e a segunda comenta sobre a atuação do Pedagogo na educação escolar, ressaltando as responsabilidades atribuídas ao profissional, bem como os desafios do trabalho pedagógico em um ambiente formal de ensino.

2.1 A formação do pedagogo no Brasil em uma perspectiva histórica

A formação do pedagogo no Brasil é resultado de um longo processo histórico que acompanha as mudanças da educação e das transformações sociais do país. O curso de pedagogia tem sua gênese nas primeiras décadas do século XX, quando se percebe a necessidade de institucionalização da educação e de formação docente

que começam a ganhar notoriedade e relevância nas políticas públicas. Mas, antes de sua criação, houve um longo processo de estruturação na educação brasileira para possibilitar a existência do curso de Pedagogia.

Esse processo se inicia no século XIX, onde em 1827 foi determinada a criação de Escolas de Primeiras Letras em “todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” a partir da criação da Lei Geral de Ensino, sancionada por D. Pedro I. No documento, o Artigo 1 dispunha sobre a criação de escolas, enquanto que no Artigo 2º delega aos presidentes das províncias a responsabilidade por organizar a localização e quantificação das escolas a partir de onde elas estariam situadas, ou seja, em locais pouco populosos, as escolas já existentes seriam extintas e os professores realocados para locais com a demanda maior. A formação dos professores das Escolas de Primeiras Letras era limitada e improvisada, pois não existia uma formação de modo formal, geralmente eles deveriam possuir o conhecimento básico acerca da leitura e escrita. A metodologia de ensino da Lei geral de 1827 baseava-se na repetição e memorização, além de muita disciplina, na prática o método era transmitir o conhecimento a maior quantidade de alunos possíveis, com recursos reduzidos, pouco tempo e baixa qualidade. Mais à frente, em 1834 com o intuito de descentralizar a educação primária e secundária e transferir a responsabilidade do ensino para as províncias, é criado o Ato Adicional, que permitia que cada província tivesse suas próprias assembleias legislativas, substituindo os conselhos gerais, e passavam a deter o poder de elaborar suas leis educacionais, como também abrir escolas e criar instituições para formar docentes.

Com a descentralização na educação, as províncias perceberam que era necessário melhorar a qualidade do ensino e para isso acontecer, exigia uma qualificação dos professores, surge então as Escolas Normais, inspiradas no modelo europeu francês. Em 1835 é criada a primeira Escola Normal da Corte no Rio de Janeiro e posteriormente surgiram outras a fim de formar um quadro docente para atuarem nas escolas de ensino primário em cada província. O intuito dessa escola era formar professores para atuarem no magistério de ensino primário e era oferecido em cursos públicos de nível secundário, atualmente conhecido como Ensino Médio. Duravam cerca de 2 a 4 anos, dependendo da província, possuíam um currículo mais conteudista e tinham um caráter mais profissionalizante. Além disso, existiam locais para “treinar” a prática de ensino, conhecidas como escolas-modelos ou anexas, onde

os alunos normalistas podiam realizar sua prática sob supervisão. Trazendo para os dias atuais, ele seria considerado um curso técnico de formação docente.

Com o avanço do século XX, o crescimento urbano e industrial, e a chegada do movimento escolanovista no Brasil em 1930, que defendia uma reformulação na educação, as Escolas Normais começam a sofrer críticas ao seu modelo de ensino, por serem consideradas de baixa qualidade na formação docente, apresentarem um currículo tradicional e conteudista, e pela ausência de fundamentos científicos da educação.

Em 1932 é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por intelectuais e educadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, dentre outros que também participaram desse documento. O Manifesto buscava uma renovação na educação brasileira, criticava a estrutura educacional vigente no país que já perdurava desde o século XIX, afirmando que ela era incapaz de suprir as demandas de um Estado que se modernizava a cada dia. Os educadores exigiam que a base da formação docente fosse em fundamentos científicos e que englobasse disciplinas como Psicologia, Sociologia, Biologia e Filosofia, transformando o professor em um profissional especializado e não um agente técnico vocacionado como no modelo normalista. Esse movimento trouxe uma nova concepção de educação, que era mais centrada no aluno e em sua formação integral. Saviani (2011, p.71) ressalta que:

Uma questão fundamental na pedagogia, e que o movimento da Escola Nova expôs com veemência, é a questão dos interesses do aluno. O objetivo do processo pedagógico é o crescimento do aluno, logo, seus interesses devem necessariamente ser levados em conta.

O ponto chave desse documento está sobre o pedido de transferência da formação docente do âmbito das escolas normais para o Ensino Superior.

Nos anos seguintes, com a repercussão do Manifesto dos Pioneiros e a busca por uma formação universitária para os professores, tornou-se evidente a sua influência e contribuição para reorganização do ensino brasileiro. A ideia de que o professor necessitava de uma formação mais completa, científica e integrada foi amadurecendo e então começou-se a pensar em cursos superiores voltados a área da educação a partir da criação das Universidades de São Paulo (USP) em 1934 e do Distrito Federal (UDF) em 1935.

Foi nesse contexto, que em 1939 pelo Decreto Lei nº 1.1190 foi criado o curso de Pedagogia, na Universidade do Brasil, como parte da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). O curso foi definido como um curso de bacharelado ao lado de todos os outros cursos das demais seções da faculdade. O objetivo era atender às necessidades do país, oferecendo uma formação que combinava três anos de disciplinas de conteúdo (bacharelado) e um ano de disciplinas pedagógicas (licenciatura), concluindo-se o curso após a aprovação em um curso de didática. Dito isto, o foco do curso resultava na formação de bacharéis em Pedagogia para ocuparem os cargos técnicos em educação. Inicialmente, o curso era voltado para a formação de professores para as séries iniciais, com forte influência tecnicista e voltada à prática de ensino. Como destaca Libâneo (2001, p. 6):

Há, de fato, uma tradição na história da formação de professores no Brasil segundo a qual pedagogo é alguém que ensina algo. Essa tradição teria se firmado no início da década de 30, com a influência tácita dos chamados “pioneiros da educação nova”, tomando o entendimento de que o curso de Pedagogia seria um curso de formação de professores para as séries iniciais da escolarização obrigatória.

Nesse cenário histórico, o curso refletia uma visão limitada sobre o papel do profissional de pedagogia, centrada na figura do professor como de um instrutor e executor de conteúdos e métodos pedagógicos. Libâneo (2006, p. 870) expõe que “a pedagogia acaba por ser reduzida à dimensão metodológica e procedimental, o que também dificulta a compreensão e a construção da identidade profissional do pedagogo, seja ele professor ou especialista”. Assim, o pedagogo era visto apenas como um agente programático da educação em sala de aula, desprovido de uma identidade profissional mais ampla e crítica.

Durante décadas seguintes a formação do pedagogo continuou a se reconfigurar, mas enfrentou crises e críticas a respeito do seu modelo de currículo de curso. Entre os anos de 1960 e 1990, o curso de pedagogia foi alvo de questionamentos devido a falta de clareza em sua identidade profissional e fragmentação curricular.

Em 1961 é criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB Nº 4.024, durante o governo de João Goulart. Responsável por organizar a educação no Brasil, ela estabeleceu diretrizes gerais e organizou o ensino em 3 etapas: primário, médio e superior. Além disso, criou o Conselho Federal de Educação e os conselhos estaduais que normatizavam, regulamentavam e fiscalizavam as políticas

educacionais de cada estado. Apesar de sua importância histórica, a LDB 4.024/61 não foi capaz de responder as demandas educacionais da época, por deixar lacunas importantes e dependentes de regulamentações para serem futuramente aplicáveis. A forte presença do favorecimento à iniciativa privada foi algo que inquietou vários intelectuais, pois concedeu apoio financeiro a elas enquanto que não estabeleceu um compromisso fixo com a educação pública e sua expansão. Além disso, a formação docente continuou fragmentada, pois a LDB de 1961 defendia que para o magistério primário, os professores continuavam sendo formados através das Escolas Normais, ou seja, no nível médio. Somente os que atuavam no nível médio e superior teriam sua formação universitária, feita em faculdades. Dessa forma, a formação docente continuava fragmentada, visto que, na época, o maior quantitativo de professores se encontrava lecionando no ensino primário, logo onde a demanda era maior, a lei não foi capaz de suprir.

A partir das lacunas deixadas pela LDB 4.024/61, que não explicou qual era o real papel do pedagogo e quais funções deveria exercer dentro do sistema educacional, é criado o Parecer CFE nº 252/69 a partir do Conselho Federal de Educação que observou a necessidade de uma reformulação do curso de Pedagogia no Brasil. Anterior ao Parecer, cada universidade organizava o curso de Pedagogia de forma diferente, agora há a criação de um currículo mínimo, com disciplinas obrigatórias e criação de habilitações, tornando-o padronizado. Vale ressaltar que o documento surgiu em meio ao Regime Militar e precisava atender às reformas educacionais do período que eram: a reformulação do ensino superior através da Lei 5.540/68 e do primeiro e segundo grau pela Lei 5.692/71. Essas atualizações exigiam profissionais capacitados, pois o Governo Militar da época priorizava uma educação racional, eficiente, administrativa e técnica. Por isso surgem habilitações como: supervisores, orientadores educacionais, administradores escolares, inspetores e técnicos educacionais, funções as quais também foram citadas pela LDB 4.024/61, mas sem a orientação de como seriam formados os profissionais de Pedagogia nessas áreas.

Iria Brzezinski, pedagoga e uma figura central nos estudos sobre a formação de professores no Brasil, analisou e levantou opiniões como a criação e dupla função e a fragmentação em habilitações. Em sua obra “Pedagogia, pedagogos e formação de professores” ela aponta que: “o curso de pedagogia sofreu, historicamente, um processo de desconfiguração, ora sendo identificado como curso de formação de

professores, ora como formação de especialistas, sem consolidar uma identidade própria”. Essa indefinição gerou debates sobre o papel social do pedagogo e sobre a necessidade de um currículo que articula teoria, prática e compromisso social.

Em 1996, houve a reformulação de um documento que, para muitos profissionais da educação, é considerado a “constituição” da educação brasileira, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que redefiniu a organização e as diretrizes do sistema de ensino do país. A antiga LDB nº 4.024/61 foi substituída por essa que se apresentou agora de forma mais completa, corrigindo as falhas deixadas e reconheceu o pedagogo como um profissional da educação com possibilidades de atuação para além da docência. A partir desse feito, consolidou-se a compreensão de que o pedagogo não é apenas o professor, mas um articulador dos processos educativos. A LDB 9.394/96 trouxe uma visão mais abrangente da formação docente e da prática educativa, exigindo a formação de profissionais com dinamismo e flexibilidade, como o desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho, reconhecendo que a educação é uma dimensão presente em todos os âmbitos da vida social.

Após a LDB, em 2006, houve a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de pedagogia, pela resolução CNE/CP nº 1/2006. As DCNs são normas fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que detalham e complementam a LDB, fornecendo diretrizes mais específicas para organização curricular e o trabalho pedagógico. Segundo o documento (BRASIL, 2006, p.2), “o curso de Pedagogia deve assegurar, como base de formação, à docência entendida como ação educativa e processo metodológico que se desenvolve em espaços escolares e não escolares”. Por esse motivo, as DCNs têm um destaque importante pois foram elas que estabeleceram parâmetros nacionais comuns para a formação docente, criando um currículo que unisse princípios éticos, políticos e pedagógicos para as instituições de ensino superior do Brasil. Assim, a atuação do pedagogo perpassa por diversos contextos, reconhecendo a educação como fenômeno social e cultural amplo.

Todos esses avanços refletem as transformações da própria sociedade. O avanço tecnológico, a globalização e as novas dinâmicas do mercado de trabalho contribuíram para que as pessoas percebessem e modificasse a forma como se relacionam com o conhecimento, buscando cada vez mais serem profissionais capazes de pensar criticamente e de atuar de forma interdisciplinar. Pimenta (1996,

p.82) reforça esse pensamento quando discute que “Os profissionais da educação, em contato com os saberes sobre a educação e sobre a pedagogia, podem encontrar instrumentos para se interrogarem e alimentarem suas práticas [...] É aí que se produzem saberes pedagógicos, na ação.”. Dito isto, o pedagogo assume um papel de protagonismo, visto que, é ele o profissional que atua diretamente com o desenvolvimento humano e com as construções de aprendizagens significativas em espaços sociais.

Diante desse cenário, o pedagogo precisa estar em constante processo de formação e reflexão sobre sua práxis, de modo que esteja preparado pedagogicamente para articular teoria, prática, conhecimento e transformação social, Libâneo (2006, p. 870) percebeu isso quando escreveu que:

O curso de pedagogia constitui o único curso de graduação cuja especificidade é proceder à análise crítica e contextualizada da educação e do ensino na qualidade de práxis social, formando o profissional pedagogo, com formação teórica, científica, ética e técnica com vistas ao aprofundamento na teoria pedagógica, na pesquisa educacional e no exercício de atividades pedagógicas específicas.

Dito isto, a formação inicial é de suma importância, pois é o início de um percurso formativo permanente, que irá acompanhar e sofrer alterações conforme caminha junto às mudanças da sociedade e as novas demandas educacionais que surgem todos os dias.

Compreender a formação e a atuação do pedagogo, portanto, envolve reconhecer que o curso de Pedagogia funciona como um espaço de construção de saberes, identidades profissionais e possibilidades educativas que acontecem dentro da escola, mas também podem ultrapassar o contexto escolar. Nesse viés, o tópico seguinte abordará a respeito da educação formal da escola, apresentando e discutindo os diferentes espaços em que o pedagogo pode atuar dentro do ambiente escolar e de como a sua presença contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas nesse ambiente.

2.2 O pedagogo nos espaços da educação formal da escola

A atuação do pedagogo no ambiente formal de educação é fundamental para assegurar o vínculo entre teoria e prática no cotidiano da escola. Sua presença é necessária para garantir e desenvolver várias atividades pedagógicas como: criação de projetos, mediação de processos formativos e acompanhamento do trabalho docente. É o pedagogo, o profissional responsável por orientar práticas educativas, promover uma comunicação clara entre os professores, alunos e gestão, como também contribuir para o fortalecimento da intencionalidade pedagógica no espaço escolar, é claro que o pedagogo não é um profissional capaz de resolver todas as demandas de uma escola, mas sua presença é essencial na construção de um ambiente escolar positivo, conforme Libâneo (2006, p. 865) enfatiza:

É certo que a melhoria do ensino e do trabalho dos professores não depende somente da formação de pedagogos-especialistas, mas estes profissionais podem proporcionar às escolas uma ajuda inestimável para pensar e atuar com relação à definição de objetivos sociais e culturais para a escola, capacidades a formar, competências e habilidades cognitivas, formatos curriculares, metodologias de ensino, práticas de organização e gestão na escola, níveis de desempenho escolar esperados dos alunos.

Como já mencionado anteriormente, o pedagogo teve seu local de atuação transformado diversas vezes ao longo do tempo dentro dos espaços escolares, tendo como exercício de suas atividades a responsabilidade de atuar ora como professor, ora como administrador, supervisor, orientador escolar, até chegar os dias atuais, reconhecido como um profissional especialista em aprendizagem e desenvolvimento humano, capaz de realizar distintos encargos sejam eles pedagógicos e/ou administrativos.

Dessa forma, antes de apresentarmos os campos de atuação do pedagogo no espaço da educação formal da escola é fundamental salientar que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) preveem uma diversidade de funções destinadas a esse profissional dentro do ambiente escolar.

A promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Pedagogia, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, representou um avanço significativo quando se trata da redefinição da formação e da identidade do pedagogo, como também sua função social. Resultado de longos

debates, durante muito tempo no campo educacional, esse documento buscou redirecionar o perfil do profissional da educação frente às transformações sociais e as novas exigências da sociedade contemporânea. Se antes, o curso de pedagogia era um curso profissionalizante, com as Diretrizes de 2006, passou a ser oficialmente reconhecido como Licenciatura, com foco na formação de professores para educação infantil, ensino fundamental, além de gestão educacional como área de atuação. O Art. 2 da Resolução CNE/CP nº 1/2006 dispõe que:

As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, 2006, p.11)

Conforme exposto, o pedagogo formado, pode atuar na Educação Infantil (EI) e anos iniciais do Ensino Fundamental (AIEF). Além disso, o curso também forma docentes para o Ensino Médio na modalidade Normal e Educação Profissional, voltado para a educação.

Dessa forma, entende-se que a formação proposta pelas Diretrizes Curriculares viabiliza uma atuação mais ampla e integrada do pedagogo nos diferentes espaços da educação formal, em especial dentro da escola. Então o exercício do seu trabalho não fica restrito somente a docência, mas abrange outros setores também, como a organização do trabalho pedagógico da instituição escolar, um acompanhamento mais analítico do processo de ensino aprendizagem dos alunos e o suporte contínuo aos professores e estudantes que necessitam de um profissional que tenha uma visão mais criteriosa e ao mesmo tempo flexível do processo educativo que perpassa por todo âmbito educacional dentro de uma escola. Segundo Libâneo (2001 p. 24):

Para isso, são necessários pedagogos. Pedagogos para vários campos educacionais. Mas principalmente os pedagogos escolares[...] um pedagogo escolar que saiba fazer essa produção da teoria e da prática através da própria ação pedagógica. Um pedagogo que torne a organização escolar um ambiente de aprendizagem, um espaço de formação contínua, no qual os professores refletem, pensam, analisam, criam novas práticas, como pensadores e não como meros executores de decisões burocráticas.

Nesse sentido, com a amplitude dessa formação, o pedagogo tem a possibilidade de assumir diferentes funções dentro do espaço escolar, cada uma direcionada aos aspectos específicos de cada área como da gestão, da organização

e do acompanhamento pedagógico. A seguir, abordaremos algumas funções destinadas a esse profissional dentro da escola.

- **Pedagogo Docente**

A docência constitui o eixo central de atuação do pedagogo desde os primórdios dessa profissão, especialmente na educação básica, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. O exercício da tarefa de professor, enquanto pedagogo, fica evidente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996), em seu art. 62, onde dispõe que a formação de docentes para atuar na educação básica deve ser realizada em nível superior, em curso de licenciatura plena, sendo o curso de Pedagogia, um instrumento de formação de profissionais para lecionar na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental. Logo, o pedagogo é reconhecido legalmente como especialista habilitado a estar dentro de uma sala de aula, primando pelo desenvolvimento integral do aluno e de práticas educativas.

Além da LDB, a Resolução CNE/CP nº 1/2006 também reforça essa compreensão ao definir, no art. 5º que o egresso do curso de Pedagogia deve estar apto para trabalhar com ética e compromisso, além de compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, contribuindo para o seu desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social, como também estimular o desenvolvimento contínuo e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental. Ademais, o pedagogo também deve ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano.

A Educação Infantil, conforme orienta a LDB, é a primeira etapa da educação básica, e o professor pedagogo deve atuar com a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, através da exploração e interação com o ambiente que está inserida e do brincar, reconhecido legalmente como um direito da criança, capaz de fazer com que ela desenvolva sua criatividade, linguagem e seja capaz de resolver problemas. Já nos Anos Iniciais, a LDB instrui o profissional a oferecer à criança os caminhos para o desenvolvimento da capacidade de aprender, preferencialmente através do domínio da leitura, da escrita e do cálculo, estimulando-a a compreender o ambiente natural e social em que está inserida, bem como o sistema político, as tecnologias, as artes e os valores da sociedade. Ou seja, nos anos

iniciais o professor pedagogo deve atentar-se ao letramento, alfabetização, o pensamento lógico-matemático e a formação cidadã do aluno.

- **Pedagogo Orientador**

O pedagogo enquanto Orientador Educacional constitui-se como um dos exercícios indispensáveis dentro do ambiente escolar, por ser uma função destinada ao acompanhamento dos estudantes e também por estabelecer uma relação entre escola, família e comunidade. Nela, o pedagogo pode atuar principalmente no desenvolvimento socioemocional dos alunos, como também em seu crescimento acadêmico e ético, dando suporte ao quadro docente enquanto identifica possíveis dificuldades de aprendizagem, media conflitos, além de ter a oportunidade de conduzir o aluno a priorizar melhor seus estudos. É como se o profissional realizasse uma espécie de consultoria, por exemplo: enquanto o professor, sozinho, necessita conduzir uma turma, respeitar o currículo e o calendário escolar, na maioria das vezes, não possui tempo suficiente para observar de forma mais atenta e acolhedora as necessidades individuais de cada aluno, e nessa situação a presença de um orientador educacional dentro da escola é fundamental para oferecer o apoio necessário a comunidade escolar.

Ademais, a atuação do pedagogo como Orientador, é respaldada pela Lei nº5.564/68 que confirma esse pensamento ao dispor em seu Art.1º que:

A orientação educacional se destina a assistir ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Dessa forma, frente a uma sociedade em constante transformação e que corrobora para uma permanente dinâmica no processo educativo dentro do ambiente escolar, a presença do Orientador Educacional se faz importante e necessária, pois como evidência Spricigo (2012) o papel de orientação já é um serviço integrante da vida da escola, pois se faz presente em distintos momentos e ajuda a promover o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, funcionando como um suporte e apoio pedagógico tanto aos estudantes quanto às atividades desenvolvidas nesse espaço.

- **Pedagogo Supervisor**

A função de Supervisor escolar existe desde a década de 30, e passou por diversas transformações ao longo dos anos. Quando registrada, tinha o intuito de

inspeção escolar, desenvolvendo um trabalho como supervisor técnico do trabalho pedagógico, principalmente acompanhando as atividades desenvolvidas pelos professores, executando normas e ordens de órgãos superiores. Com as reformulações no campo educacional, o papel do supervisor dentro da escola foi ressignificado, segundo Medina (2002, p. 155):

O supervisor abdica de exercer poder e controle sobre o trabalho do professor e assume uma posição de problematizador do desempenho docente, isto é, assume com o professor uma atitude de indagar, comparar, responder, opinar, duvidar, questionar, apreciar e desnudar situações de ensino, em geral, e, em especial, as da classe regida pelo professor.

Sendo assim, o papel do pedagogo enquanto orientador visa a qualidade da educação e do ambiente escolar, oferecendo assistência e orientação aos professores, planejamento de atividades, avaliação de currículos e de práticas educacionais, como também garante a execução das diretrizes educacionais dentro da instituição. Libâneo (2014) destaca que:

A atuação do pedagogo como supervisor escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula [...] na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e trabalho em sala de aula.

Além disso, a LDB nº 9394/96 reconhece o supervisor como profissional docente extraclasse e prevê um Conselho escolar que seja composto pela comunidade, incluindo supervisores escolares a partir da Lei nº 14.644/23, para auxiliar na implementação da gestão democrática dentro da escola, viabilizando a participação ativa de todos os seus membros nas tomadas de decisões, reconhecendo as necessidades da escola e buscando alternativas baseadas nos recursos que já possui, transformando a prática educativa em prática coletiva.

- **Pedagogo Gestor**

Como gestor, o pedagogo deve estar apto a conduzir todo um sistema educacional da escola, ter consciência da realidade em que sua instituição está inserida, a fim de elaborar políticas educacionais adequadas às necessidades da comunidade escolar, garantindo avanços tanto administrativos quanto pedagógicos, relacionados à aprendizagem. Libâneo (2006) compartilha desse pensamento ao expressar que:

O gestor escolar, portanto, é alguém que no processo de trabalho escolar sabe dispor recursos por meio da racionalização do trabalho e da coordenação do esforço humano coletivo em função do fim visado, isto é, o ensino e a aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, a atuação do pedagogo como gestor envolve acompanhar e organizar o funcionamento pedagógico da escola, garantindo que as ações desenvolvidas estejam de acordo com o projeto político pedagógico e às necessidades reais da escola. É dever desse profissional promover o diálogo aberto entre professores, estudantes, famílias e equipe técnica, criando condições para que o ensino e a aprendizagem ocorram de maneira planejada e eficiente, valorizando a gestão democrática.

Sua importância dentro da comunidade pedagógica fica evidente em seu desempenho como mediador e articulador dos processos educativos dentro da escola. Além de administrar os recursos e organizar a rotina da instituição, ele precisa favorecer um ambiente acolhedor, democrático e voltado para a aprendizagem. Com isso, o gestor contribui significativamente para a melhoria da qualidade da educação, garantindo que a escola mantenha seu compromisso com o desenvolvimento integral dos estudantes.

3 O PEDAGOGO E SUA ATUAÇÃO EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCACIONAIS NÃO ESCOLARES NA ATUALIDADE

Como já mencionado anteriormente, o curso de pedagogia, desde sua gênese, passou por diversas transformações em sua estrutura curricular como, também, em sua finalidade formativa. Inicialmente esteve voltado para formação de técnicos em educação, depois especialistas e, por fim, o curso passou a ser compreendido também como um formador de professores para atuar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, fortalecendo ainda mais a docência como eixo central da formação do pedagogo.

No entanto, os debates a respeito da finalidade de formação do curso não foram extintos, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 2006, por exemplo, redefiniram o perfil profissional do pedagogo, reconhecendo-o como profissional da educação com formação ampla e capaz de atuar em diversos contextos educativos, formais e não formais. Dessa forma, hoje, a formação inicial do pedagogo compreende preparar sujeitos que estejam aptos a entender a educação como prática social, ou seja, presente em vários espaços da sociedade, inclusive aqueles que atravessam os convencionais muros da escola.

A partir desse contexto, a atuação do pedagogo pode se expandir a variados contextos educacionais não escolares, como organizações públicas, empresas, projetos sociais, hospitais, ONGs, entre outros espaços que desenvolvem processos de maneira intencional e sistemática. Libâneo (2008) destaca que na sociedade existe uma diversidade de práticas educativas, e em todas elas, se houver intencionalidade, há uma ação pedagógica. Dessa forma, este capítulo busca discutir essa ampliação de exercício profissional do pedagogo, organizando-o em duas seções: a primeira discutirá sobre o que são esses espaços não escolares, como se constituíram como locais de atuação, além de exemplificar como o pedagogo pode adentrar neles para atuar. A segunda seção trata especificamente da atuação do pedagogo nesses ambientes, analisando sua contribuição nos espaços não formais, os desafios que permeiam sua atuação profissional e as possibilidades que surgem ao pedagogo nesses locais, como potencialidade de inovação de suas práticas.

3.1 Caracterização dos espaços não escolares: a ampliação do campo de atuação do pedagogo

Entende-se educação como um processo contínuo de desenvolvimento humano que busca a aquisição de conhecimento, habilidades, valores e ações que visam a adaptação do comportamento dos indivíduos e grupos a determinadas exigências do contexto social e esse contexto pode ser a escola, a fábrica entre outros segmentos da sociedade (LIBÂNEO, 2008). Essas exigências são resultantes de uma constante transformação e complexificação da sociedade e da diversificação das atividades educativas, ora conforme o ambiente se transforma e se desenvolve, o processo educativo tende a se modificar para acompanhar essas mudanças e consequentemente a Pedagogia é afetada, pois é o campo científico que se debruça a estudar a educação, os processos de ensino e aprendizagem e a formação de educadores. Ainda segundo o autor, ele reflete que o pedagógico atravessa toda a sociedade, extrapolando o espaço da educação formal, abrangendo esferas mais amplas como a da educação informal e não formal (Libâneo, 2008, p.28).

Assim, considerando que o processo educativo se faz presente em múltiplos contextos e não se limita apenas ao ambiente escolar, faz-se pertinente apresentar os conceitos e distinções entre educação formal, informal e não formal, pois partindo desse ponto podemos compreender como a prática educativa se desenvolve e se estrutura em cada espaço e como ocorre a intervenção do pedagogo em cada um deles.

A educação formal é aquela que ocorre tradicionalmente dentro das instituições de ensino, como escolas e universidades. A conhecemos também pela nomenclatura de educação escolar. Segue uma organização sistematizada e intencional, possuindo um currículo definido e planejado, onde requer professores e profissionais habilitados, a existência de processos avaliativos dos alunos, além de se estabelecer a partir de normas e legislações que orientam seus objetivos pedagógicos. Segundo Libâneo (2008), é um espaço onde há “objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada, sistemática”.

Por outro lado, a educação informal configura-se como espontânea, é aquela educação que absorvemos no nosso cotidiano, a partir da convivência social. Ela se realiza em diferentes contextos, como na família, no trabalho, na comunidade em que o indivíduo vive e independe de instituições, professores ou conteúdos programáticos para acontecer, é um processo educativo contínuo, se fazendo presente ao longo da vida e baseada nas vivências, buscas e necessidades individuais. Gohn (2005, p. 99) reafirma esse conceito ao dizer que “A educação transmitida pelos pais na família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas etc. são considerados temas da educação informal”.

Já a educação não formal, conhecida também por educação não escolar, eixo central deste capítulo, corresponde às aprendizagens adquiridas em espaços de aprendizagem que ocorrem além do ambiente formal de ensino, mas que possuem intencionalidade formativa, apesar de não seguirem um currículo estruturado. Libâneo (2008, p.31) ressalta que “A educação não formal, seria a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação”. Nela existe uma flexibilização do aprendizado, priorizando atividades práticas e interativas, com conteúdo adaptados às necessidades dos grupos e/ou dos indivíduos, de modo que viabilize aos envolvidos, conquistar novas habilidades e competências. Acerca dos espaços da educação não formal, Gohn (2005, p.101) explica que:

Os espaços onde se desenvolvem ou se exercitam as atividades da educação não-formal são múltiplos, a saber: no bairro-associação, nas organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos e nos partidos políticos, nas Organizações Não-Governamentais, nos espaços culturais [...] e interativos dessas com a comunidade educativa.

A educação, portanto, é um processo contínuo que ocorre em diversos espaços e não pode mais ser compreendida como um processo restrito e que pertence somente ao ambiente escolar, mas que acontece em ambientes formais (escolas, institutos e universidades) e não formais (família, comunidade, organizações sociais, museus, ONGs, empresas, hospitais) através de experiências, interações sociais e conteúdos trabalhados de forma articulada e intencional. Gohn (2005) destaca que comumente se conceitua a educação não formal por uma ausência, comparando-a com o que há na escola, como se acontecesse sem planejamento, não estruturada e sem intencionalidade, tendo como régua a educação formal, sendo que, os únicos

elementos que as diferenciam são: o modelo de organização e a estrutura do processo de aprendizado. Essa visão amplia o campo de atuação do pedagogo, visto que é o profissional capacitado a compreender, planejar e executar as ações educativas em diversos contextos.

A expansão do campo de atuação do pedagogo para os espaços não escolares decorre de um processo histórico que se intensifica a partir das últimas décadas do século XX, quando se amplia a concepção de educação. Os anos de 1970 foram marcados por uma intensa repressão na sociedade brasileira com a ditadura militar, perseguições políticas, a tecnocracia no planejamento no país e etc. No entanto, foi uma época também marcada por resistências, onde movimentos sociais e comunitários surgiram em busca de uma redemocratização do Brasil. Ganha ênfase nesse período, a educação popular, que apesar de ter sofrido bastante repressão, cresceu como um movimento de resistência com debates e práticas clandestinas ligadas na maior parte a Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, que se tornou um espaço de reflexão. Por isso, enquanto o regime militar aplicava uma educação autoritária com forte ideologia, os educadores e movimentos sociais se esforçavam em oferecer uma prática educativa voltada à conscientização e participação cidadã, em busca de uma transformação social. E é nesse contexto em que o pedagogo começa a atuar em espaços não escolares, de forma limitada, mas assumindo um caráter de resistência, porque precisava-se de profissionais que entendessem de processo educativo, então ele adentra a esse espaço como uma figura facilitadora, saindo de uma postura de transmissor de conhecimentos para uma de diálogo, valorizando o saber popular e a experiência de vida daqueles que os escutavam.

A presença e prática do pedagogo além dos espaços educativos tradicionais, a partir dos movimentos populares nas décadas de 70 e 80, adquire respaldo legal anos depois com a promulgação da LDB n 9.394/1996. A nova lei reconhece que o processo educativo ocorre para além da escola ao decretar em seu Art.1º que a educação acontece a partir de processos formativos em diferentes contextos, como na família, na interação social, no trabalho, em instituições de ensino e pesquisa, como também abrange os movimentos e manifestações sociais/culturais e as organizações da sociedade civil. Com essa abordagem, a educação passa a ser concebida de maneira ampliada, pois a LDB legitima e reconhece as práticas educativas que a anos já eram exercidas em múltiplos espaços.

Acompanhando esse cenário de mudanças, ao fim do século XX, temos transformações ocorrendo também no setor econômico no Brasil e em todo o mundo. Com o advento das novas exigências do capitalismo, o processo de globalização e o surgimento de novas tecnologias, não só o setor de emprego é afetado como também o trabalhador brasileiro. Toda essa reestruturação levou as empresas a buscarem alternativas para se manterem no mercado de trabalho, com isso, algumas situações surgem como: o aumento do desemprego e a precarização do trabalho, além do setor industrial sendo subordinado ao setor de serviços, em relação, a admissão de mão de obra. Com isso, à medida que a tecnologia se disseminava, novos métodos de trabalho também iam surgindo, a substituição parcial do trabalho humano por máquinas já era uma realidade cada vez mais próxima naquela época, gerando uma insegurança no mercado. Por isso, os requisitos de nível de escolaridade, as habilidades e a qualificação profissional eram qualidades cada vez mais exigidas aos funcionários. A respeito disso Gohn (2005, p.95) destaca:

Cobra-se um perfil de trabalhador criativo, que saiba compreender processos e incorporar novas ideias, tenha velocidade mental, saiba trabalhar em equipe, tome decisões, incorpore e assuma responsabilidades, tenha autoestima, sociabilidade e atue como cidadão.

Logo, a formação profissional passa a ser compreendida como um fator indispensável ao novo trabalhador, pois espera-se dele uma postura que vá além de suas funções ao posto de trabalho, onde ele esteja preparado para adaptar-se às distintas funções e também seja flexível aos espaços onde ela se desenvolve. É nesse contexto, que empresas e outros setores da sociedade compreendem que é necessário estruturar setores educativos dentro de seus ambientes, a fim de formar, treinar e desenvolver melhor seus funcionários, aumentando assim sua produtividade tanto qualitativa como quantitativa e também acompanhando as novas tecnologias emergentes da época.

A ampliação do campo de atuação do pedagogo não se restringiu apenas ao campo social e empresarial, também se estendeu à área hospitalar e jurídica.

No âmbito hospitalar, a presença do profissional de Pedagogia surgiu da necessidade de garantir o direito à educação para crianças e adolescentes que devido a condições de saúde precisavam se ausentar da escola por longos períodos em razão de tratamentos médicos e internações prolongadas. Seus primeiros registros se iniciaram por volta do século XX, na Europa, mais precisamente na França. Seus

percursos foram Marie Louise Imbert que criou em 1929 uma escola em um sanatório, e Henri Sellier que em 1935 inaugurou a primeira classe hospitalar em Paris, seus exemplos foram seguidos posteriormente por outros países como Alemanha e Estados Unidos que tinham o interesse de oportunizar o direito à educação às crianças com tuberculose, vale ressaltar que esse movimento ganhou impulso após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de “reparar” os danos ocasionados pela guerra e permitir que crianças hospitalizadas prosseguirem com seus estudos, mesmo que fora das escolas.

Em 1939, em Suresnes, na França, é criado o Centro Nacional de Estudos e de Formação para a Infância Inadaptada (CNEFEI), tendo como objetivo a formação de professores para o trabalho em institutos especializados e em hospitais. Além disso, é estabelecido pelo Ministério de Educação da França o Cargo de Professor Hospitalar.

O CNEFEI funciona atualmente e recebe o nome de L'Institut national supérieur de formation et de recherche pour l'éducation des jeunes handicapés et les enseignement adaptés (Instituto Nacional Superior de Formação e Pesquisa para a Educação de Jovens com Deficiência e Ensino Adaptado (INSHEA) e tem como objetivo mostrar que a escola não é um espaço fechado. O centro promove estágios voltados a professores e diretores de escolas, a médicos de saúde escolar e a assistentes sociais com duração de 2 anos.

Já no Brasil, a preocupação com a educação voltada ao espaço hospitalar iniciou também no século XX em asilos e manicômios, que comportavam um volumoso número de crianças hospitalizadas, isso porque era uma prática da época no país, e por diversos motivos, alguns deles sendo: os pais sem condições financeiras, receio de que as deficiências mentais fossem contagiosas e anormalidades. Com isso, em 1902, houve a primeira incidência de classe hospitalar no Pavilhão Escola Bourneville, que funcionou durante quatro décadas, para crianças anormais, no Hospício Nacional de Alienados (HNA) do Rio de Janeiro, limitada a um grupo específico de crianças, mas que foi de suma importância para as próximas classes que surgiriam futuramente.

Em 1944 o HNA foi extinto e então parte das ações de atendimento educacional se dispersou pelo país. Nesse contexto, São Paulo passou a estruturar suas próprias iniciativas, surgiu no estado, as primeiras classes especiais reconhecidas oficialmente nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia. Em 1932 criou-se a classe denominada de Escola Mista do Pavilhão Fernandinho, logo após em 1948 outra

classe foi criada, chamada de Professora Barbosa Félix de Souza, em 1982 registros afirmam que já funcionavam cerca de dez classes especiais estaduais no Hospital Central da Santa Casa de Misericórdia.

É necessário destacar que, na época, as condições e acomodações de internação em que as crianças ficavam eram inadequadas e a precariedade dos locais estimulou um olhar mais zeloso, por parte do Estado, às crianças que se encontravam nesses hospitais, também porque a sociedade passou a exigir um maior posicionamento das autoridades legais acerca dessa situação.

Nesse cenário, é implantada no Hospital Municipal Jesus, a partir da Portaria nº634 de 14 de agosto de 1950 a primeira classe hospitalar regulamentada e consolidada no país, considerada como pioneira em questões pedagógicas pois ia além da assistência médica e não se restringia apenas a deficiência física, mas atendia diferentes patologias. A permanência dessa classe e de outras que surgiram posteriormente, foi fruto de inúmeras reivindicações e buscas por regulamentações das práticas educativas em hospitais, que apesar de toda uma trajetória marcada por lutas e esforços ainda é desconhecida por muitos profissionais da educação e da saúde.

O fortalecimento desse campo ganhou respaldo legal nas últimas décadas. A Constituição Nacional (BRASIL, 1988) reconhece a educação como direito universal e dever do Estado, logo a educação não pode ser interrompida simplesmente por causa de doença ou internação; O estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) assegura que a educação é um direito prioritário à criança e ao adolescente; a Lei Orgânica da Saúde (BRASIL, 1990) aborda a intersetorialidade que legitima a articulação entre saúde e outros setores, como o da educação; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) que em 2018 sofreu uma atualização e foi acrescido o Art. 4º-A, a partir da Lei nº 13.716/2018 que diz:

É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.

Portanto, fica evidente que o poder judiciário brasileiro estabelece leis e diretrizes que garantem a oferta de educação em contextos de hospitalização, reconhecendo a criança e ao adolescente como sujeitos de direitos integrais. Logo, a

atuação do pedagogo, se estabelece a partir desse arcabouço legal, como um exercício legítimo, de extrema necessidade e constitucionalmente respaldado.

Consoante a esse contexto, o exercício do pedagogo no campo jurídico consolidou-se gradualmente a partir de marcos legais e institucionais por volta da década de 90, quando o Estado teve um olhar mais atento aos direitos de crianças e adolescentes. Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, iniciou-se uma nova concepção de proteção integral, que reconhece a criança como prioridade absoluta, reivindicando da família, sociedade e Estado que garantisse seus direitos à saúde, educação, proteção e entre outros direitos. Além disso, o ECA estabelecia a manutenção da equipe interprofissional, que era o grupo de profissionais que assessorava a Justiça da Infância e Juventude, no entanto não ficava explícito quais profissionais podiam compor a EI, e na época as equipes eram compostas majoritariamente por assistentes sociais e psicólogos. O Estatuto em suas disposições exige que:

Art. 150. Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Art. 151. Compete à equipe interprofissional dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

Embora o ECA previsse práticas socioeducativas à manutenção dos direitos da criança, a inserção do pedagogo no quadro de profissionais, ainda não era plenamente reconhecida. Foi em 1996 que esse contexto começou a se transformar, a partir do primeiro concurso público para o Tribunal de Justiça de Roraima, no qual foi ofertada, pela primeira vez, uma única vaga destinada especificamente ao profissional de pedagogia para atuar no âmbito jurídico, marcando assim um passo significativo para o reconhecimento desta especialidade, o que abriu espaço para profissionais da área educacional.

A expansão dessa atuação ganhou força pela Emenda Constitucional nº 45/2004 que criou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão este responsável agora por organizar, fiscalizar e padronizar o funcionamento do Poder Judiciário no país, isto porque antes do CNJ cada tribunal funcionava de um modo, sem que

houvesse diretrizes para auxiliarem o corpo técnico de profissionais da Vara da Infância e Juventude. Sendo assim, o CNJ em 2006 cria a Recomendação nº 2, que uniformiza as práticas e traz orientações específicas a respeito da organização das equipes interprofissionais, quais profissionais deveriam compor esse quadro e quais as suas respectivas funções. A recomendação foi de suma importância, porque reconheceu que o trabalho a ser desenvolvido na área da Infância e Juventude exigia profissionais de diferentes formações, entre eles o pedagogo, por sua relevância e formação capaz de compreender contextos familiares, realizar diálogos com escolas e instituições sociais, a fim de qualificar as ações do Judiciário voltadas à garantia de direitos da criança e Adolescente.

Finalmente em 2006 ocorre um marco legal no quesito da ampliação de atividades pedagógica e da atuação do pedagogo no Brasil. A promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, instituídas a partir do Parecer CNE/CP nº 5/2005 e homologadas pela Resolução CNE/CP nº 1/2006, formalizou, pela primeira vez um documento que regulamenta e define, de forma ampla, não só a identidade do pedagogo, mas o seu perfil profissional, sua formação e os espaços de intervenções que ele poderia adentrar. Esse símbolo legal além de reorganizar a estrutura formativa do curso, também reconheceu juridicamente a amplitude de sua atuação em diferentes contextos, podendo atuar dentro e fora da escola.

Segundo as DCNs, o curso de pedagogia deve preparar os profissionais “para atuar na docência, na gestão de processos educativos e na produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional” (BRASIL, 2006). Consoante, reconhece que os processos educativos “ocorrem em espaços escolares e não escolares”, validando o exercício profissional pedagógico em instituições variadas, como organizações sociais, ambientes hospitalares, empresariais e do sistema de justiça. Segundo Libâneo (2008) as DCNs afirmam que a pedagogia “supera a compreensão restrita da escola e afirma-se como ciência da educação, articulada a diversidade dos fenômenos educativos presentes na sociedade”. Dessa forma, o que antes se constituía como prática ainda em expansão passou a ser reconhecida como direito profissional.

3.2 A contribuição do pedagogo em espaços não formais: desafios e possibilidades da prática pedagógica fora da escola

Segundo Gohn (2005) a educação não formal ganhou um maior destaque a partir da década de 90 por mudanças que vinham ocorrendo na época nos setores econômicos, sociais e no mercado de trabalho. As empresas e organizações perceberam que era mais proveitoso os processos de aprendizagem feitos em grupos e que esses traziam resultados positivos, além disso houve um olhar mais atento aos valores culturais dos indivíduos, visto que o comportamento das pessoas, valores, cultura e a forma como se relacionavam com o meio, influenciavam significativamente no resultado do trabalho.

Com a sociedade possuindo uma compreensão de educação mais ampliada, novos espaços formativos surgiram para além da escola, como organizações públicas, empresas, ONGs, hospitais, instituições culturais, que se configuram no campo da educação não formal. Libâneo (2006, p. 60) sobre isso, destaca que na sociedade existe “uma diversidade de práticas educativas [...] que se realizam em muitos lugares e sob várias modalidades. Como a toda educação corresponde uma pedagogia, também há uma diversidade de trabalhos pedagógicos para além das atividades de educação escolar e ensino.”

Dessa forma, é estabelecido que o exercício pedagógico se faz presente em diversos espaços, ampliando as possibilidades de desempenho desse profissional, compreendendo que são muitas as formas de ações educativas que ele pode empregar nesses distintos espaços, que mesmo sendo externos à escola, envolvem aprendizagem, formação e desenvolvimento humano.

Acerca dos espaços não escolares, é necessário expor quais deles têm demonstrado maior necessidade da presença de pedagogos, suas características e por que esse profissional é requisitado em cada situação. Logo, ao fazer uma busca pela temática, nota-se uma recorrência de espaços não formais, com ênfase em Hospitais, Empresas, Áreas Jurídicas, Unidades Carcerárias e Organizações Não Governamentais (ONGs), sendo estas tratadas neste capítulo com mais ênfase

Sendo assim, início a ilustração com base na pedagogia hospitalar, um campo que apesar de delicado e cheio de desafios, utiliza a educação como uma ferramenta para minimizar os impactos emocionais da hospitalização e dar continuidade aos

estudos, assegurando que a criança não tenha o seu desenvolvimento educacional interrompido em razão de tratamentos médicos.

Tendo em vista que o ambiente hospitalar possui limitações, fragilidades e impedimentos aos quais as crianças internadas ficam expostas, o pedagogo que tem o interesse em atuar nesse local precisa estar atento às particularidades de seus públicos, ao seu psicológico e as necessidades educacionais que necessitam no momento. É necessário que o pedagogo saiba fazer do ambiente um local mais humanizado, elaborando ações educativas de acordo com a realidade da criança, realizando as adaptações necessárias de acordo com o estado emocional e físico do aluno-paciente, pois é comum que ele não tenha o mesmo progresso e disposição que teria no ambiente formal de ensino, a escola.

Trata-se de um espaço pedagógico que funciona num ambiente que requer cuidado, conforto e bem-estar. A maior preocupação do pedagogo que atua em classes hospitalares não é a escolarização, mas a articulação do espaço hospitalar com um espaço pedagógico de acolhimento, integrando-se a uma equipe multiprofissional que visa melhorar o quadro emocional e clínico da criança ou adolescente (OLIVEIRA apud Oliveira 2021, p.34)

Outro espaço que ganha destaque com a atuação pedagógica fora das escolas são as Empresas. Esse local é destinado a desenvolver atividades econômicas importantes para a sociedade, no qual os colaboradores que lá trabalham são contratados a partir de suas habilidades, conhecimentos, formações e experiências que juntas ajudam a fornecer melhores produtos e serviços. É claro que os empresários ao criarem novos contratos, buscam usufruir dos profissionais aquilo que eles já vivenciaram anteriormente, ou seja, as aprendizagens adquiridas ao longo das experiências no mercado de trabalho. Porém, com as constantes modificações na sociedade e no mundo corporativo, esses profissionais precisam renovar e acrescentar novos conhecimentos ao que já possuem, sendo receptivos a novas ideias, de modo que, essas novas aprendizagens colaborem para o aumento do desempenho da empresa, a produtividade e os lucros.

O pedagogo empresarial adentra esse espaço a partir do setor de recursos humanos, responsáveis por elaborar estratégias focando na gestão, desenvolvimento e bem estar tanto dos colaboradores quanto dos clientes. Esse profissional é encarregado de promover o desenvolvimento de competências e habilidades no ambiente de trabalho, como também melhorar a cultura organizacional da empresa e a comunicação interna a partir de práticas educativas relacionadas às necessidades

específicas da instituição, como o planejamento e execução de treinamentos com os colaboradores, aprimorando técnicas de venda, tecnológicas ou as habilidades comportamentais (softs skills); além disso pode atuar também na área de recrutamento, seleção e integralização de novos colaboradores (onboarding).

O pedagogo desempenha um papel fundamental nas empresas, que é o de trabalhar com a educação e priorizar a formação dos indivíduos que convivem ali. [...] O pedagogo, portanto, com toda a sua formação e qualificação didática, pode atuar dentro da empresa com elaboração de projetos e treinamentos que visem ao desenvolvimento humano. Com isso, nota-se a intensa relação das capacidades utilizadas em espaços escolares, presente no espaço não escolar. Esse profissional tem a capacidade de encontrar as reais necessidades a serem trabalhadas no ambiente em que está inserido e qual deverá ser a prioridade a ser abordada (MORELLATO *apud* OLIVEIRA 2021, p. 35).

Considerando que, a educação não surge por acaso, mas é intencional, social e organizada, visando desenvolver nos indivíduos habilidades e capacidades para agirem de forma mais eficaz e coerente na sociedade, e que esse desenvolvimento ocorre por meio de transmissão e apropriação de conhecimentos em espaços estruturados para isso (LIBÂNEO 2008), o próximo espaço não formal a ser exemplificado por sua crescente ascensão é o Jurídico. O pedagogo nesse exercício pode atuar em diferentes frentes, principalmente naquelas em que há uma intermediação entre educação e o sistema de justiça, englobando o desenvolvimento social e educacional de crianças e jovens envolvidos em processos judiciais. As principais áreas que necessitam de um pedagogo jurídico são: as Varas da Infância e Juventude, onde podem realizar estudos de caso, acompanhar processos judiciais e também emitirem documentos, como pareceres técnicos; Peritos judiciais, atuando como assistentes técnicos fornecendo informações técnico pedagógicas, laudos relacionados a questões educacionais, caso seja solicitado pelos juízes; Capacitação de servidores e Desenvolvimento de Projetos, a partir da elaboração de atividades de treinamento aos servidores judiciários, buscando um atendimento mais humanizado e aprimorado, como também implementando programas à prevenção da criminalidade, podendo realizar parcerias com outros órgãos para que haja um maior alcance de público a ser orientado.

Compreendendo que no sistema judiciário o pedagogo trabalha na garantia de direitos e na mediação de processos educativos, esse trabalho social se entende a outros ambientes marcados por vulnerabilidade e demandas específicas, por isso o

próximo espaço que iremos abordar é o prisional, este que muito necessita de intervenções pedagógicas para reconstruir trajetórias.

A atuação do pedagogo em Unidades Carcerárias, Penitenciárias, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), entre outros ambientes de privação de liberdade, compõe a Pedagogia Social, campo da educação voltado a inclusão, cidadania e desenvolvimento de pessoas em situações de vulnerabilidade social que o encarceramento os acomete. Quando refletimos acerca das pessoas presas, muitas vezes, esquecemos do real objetivo da internação: a reabilitação. Porém, a realidade que o sistema carcerário brasileiro demonstra é que por experiências negativas enquanto reclusos, os detentos retornam a sociedade em condições ainda mais desfavoráveis. Paulo Freire (2023) ao analisar sua prática docente, reflete que enquanto educador, sua prática só existe porque antes de tudo, ele é um ser humano, e essa prática não é técnica muito menos neutra, mas é o resultado de quem o educador é. Ou seja, o educador precisa estar em constante processo de humanização, superando suas ignorâncias e limitações. Essa humanização precisa existir no pedagogo que deseja atuar em ambientes de reclusão a liberdade, porque ele deve garantir que o direito constitucional à educação seja mantido até mesmo nessas circunstâncias.

Logo, o pedagogo adentra a esse espaço levando a educação a pessoas presas com o intuito de oportunizar o acesso ao aprendizado, visando a aquisição de conhecimentos cognitivos e sociais para que possam reintegrar a sociedade novamente. Nesse caso, a educação funciona tanto para escolarização, acompanhando o sistema oficial de ensino, quanto para profissionalização, preparando para o mundo do trabalho.

Essa visão acerca da educação no ambiente prisional, foi garantida a partir do Decreto nº 7.626/2011 que instituiu o Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional (PEESP), que ampliou e qualificou a oferta da educação em estabelecimentos penais.

Art. 3º São diretrizes do PEESP: I - promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação;

Art. 4º São objetivos do PEESP: I - executar ações conjuntas e troca de informações entre órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal com atribuições nas áreas de educação e de execução penal; II - incentivar a elaboração de planos estaduais de educação para o sistema prisional,

abrangendo metas e estratégias de formação educacional da população carcerária e dos profissionais envolvidos em sua implementação;

Dessa forma, a Educação não formal dentro desses espaços oferece possibilidades aos reclusos para aprenderem algo positivo, visto que muitos deles talvez não tiveram acesso ao ensino tradicional, ou se tiveram precisaram interromper devido a escolhas difíceis que precisaram fazer ao longo da vida, logo a grande maioria demonstra dificuldades de aprendizado. Por isso, além de sua atuação como mediador educacional, o pedagogo pode planejar e executar projetos de ressocialização dentro desses espaços como também apoiar e garantir a execução dos direitos humanos, defendendo direitos à educação.

Considerando que existe uma pluralidade de contextos em que a educação se faz presente, e que de maneira semelhante ao que ocorre em ambientes prisionais, outros espaços da educação não formal também demandam a atuação do Pedagogo Social, principalmente aqueles destinados a apoiar grupos em situações de vulnerabilidade, as Organizações Não Governamentais (ONGs) ganham destaque nesse contexto por serem espaços flexíveis e relevantes áreas de trabalho, onde o pedagogo pode atuar de diferentes formas, dependendo do enfoque em que a ONG está vinculada, planejando atividades que promovam a aprendizagem significativa e realizando o acompanhamento do progresso dos participantes, além de poder desenvolver projetos culturais, esportivos, recreativos e educacionais, aliando a educação a realidade dos indivíduos, buscando melhorias sociais através do ensino de conhecimentos selecionados a partir da necessidade do grupo atendido.

Como já exposto, o campo da educação atualmente é bem amplo e as possibilidades de atuação do Pedagogo em outros espaços educativos é vasto e já se faz presente nas legislações educacionais brasileiras desde a década de 90. No entanto, apesar de sua relevância profissional, o Pedagogo ainda enfrenta desafios para atuar em espaços não escolares.

Essas barreiras são resultadas sobretudo de um modelo de formação que ainda não conseguiu acompanhar completamente a expansão de campos em que se faz necessário a presença de um pedagogo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, que orientam o curso de Pedagogia, mesmo reconhecendo a amplitude da atuação deste profissional, ainda permanece estruturada em torno de um modelo escolarizante, deixando de especificar em seu texto, como deve ser a preparação desse profissional para atuar nesses contextos,

ênfatizando a docência e a atuação do pedagogo na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental como eixo central de seu exercício, faltando com esclarecimentos acerca das competências específicas que esse profissional deveria ter em mãos para atuar nos diversos contextos.

Ao analisarmos as Diretrizes a partir do Art.4 que discute o objetivo da formação inicial que o curso propõe, fica evidente que o seu intuito é a prática docente em sala de aula, reduzindo o curso de Pedagogia à docência:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I- planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Ou seja, apesar do enfoque na docência, o texto ressalta que existem outras áreas nas quais é previsto a atuação do pedagogo, a partir da necessidade de aplicação de conhecimentos pedagógicos. O texto afirma que as atividades a serem desenvolvidas pelo pedagogo incluem: atuação em projetos educativos, participação na gestão e organização e produção, como também difusão de conhecimento científico, tanto dentro, quanto fora da escola. Ou seja, há uma ampliação do “trabalho docente”, onde é possível observar uma série de funções a serem desempenhadas pelo profissional, não deixando claro como se dará essa execução e como o egresso de Pedagogia será preparado para desempenhar tais atividades. Libâneo (2006, p. 846) reflete a respeito quando diz que:

Essa imprecisão conceitual quanto ao objeto de estudos da pedagogia leva a um entendimento genérico de atividade docente, tal como consta no parágrafo único do artigo 4º, em que toda e qualquer atividade profissional no campo da educação é enquadrada como atividade docente. [...] É de se notar a confusão que o texto provoca ao não diferenciar campos científicos, setores profissionais, área de atuação, ou seja, uma mínima divisão técnica do trabalho.

Além disso, fica evidente a predominância da docência como atuação principal do profissional da Pedagogia, quando fazemos uma busca por palavras-chaves por todo o documento e percebemos que: a palavra “professor” aparece 5 vezes no texto,

“docência/docente” aparece oito vezes, “gestão” nove vezes, “licenciatura” nove vezes, “pesquisa” quatro vezes, enquanto que “pedagogo” não aparece. Libâneo (2006) chamaram atenção para esse movimento quando discutem que:

A pedagogia vai adquirindo a conotação de operacionalização metodológica do ensino, com base no que se propõe a formação dos técnicos de educação e a formação de professores, consolidando o privilégio das dimensões metodológica e organizacional em detrimento das dimensões filosófica, epistemológica e científica.

A ausência do termo “pedagogo” e a presença da palavra “professor” em um documento voltado justamente para estabelecer princípios e fundamentos para organização do curso de Pedagogia, deixa evidente que na prática curricular, o que prevalece é a formação docente em detrimento de outras possibilidades de atuação. Libâneo (2006) confirma esse pensamento ao dizer que:

Além disso, pesa-lhe a herança do passado em que estudos pedagógicos referem-se quase sempre à preparação de professores, o que explica, ainda hoje, em algumas faculdades de educação, a identificação do termo “pedagogia” com a formação de professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental, com o que a pedagogia tende a reduzir-se à prática do ensino.

Diante dos argumentos supracitados, a ênfase na docência se sobressai a qualquer outra possibilidade de atuação do Pedagogo, inclusive em relação à sua presença na educação não escolar. O documento reconhece esse espaço como local de atuação do pedagogo, como exposto no artigo 5º inciso IV que diz “trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo.” O texto expõe a compreensão de um profissional multifacetado com atuação extensa a diferentes contextos sociais e culturais, no entanto, com a ênfase maior voltada a prática docente, a atuação em espaços não formais aparece de forma secundária, isto é, ela é debatida no texto das Diretrizes, mas é tratada como uma possibilidade de existir, não contendo o mesmo peso que se observa ter a docência.

Trazendo para a realidade, apesar das Diretrizes reconhecerem que a educação ocorre em múltiplos espaços, a inserção do pedagogo no mercado de trabalho fora do ambiente escolar é um desafio, pois parte da sociedade uma certa resistência quanto à presença desse profissional fora do contexto escolar, pois sua formação ainda é direcionada nesse sentido, onde o curso de Pedagogia privilegia

conteúdos voltados à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, com estágios concentrados nesses níveis de ensino. Logo, é evidente que o profissional estará mais apto para atuar dentro de uma instituição escolar, visto que durante sua formação inicial, ele tem mais acesso a conteúdo e disciplinas voltados à docência, em comparação ao que devem aprender para aplicarem em espaços que transcendem o muro das escolas.

Ou seja, essa “imprecisão conceitual” que a DCNs vem trazendo em seu texto, gera um “efeito dominó”: as instituições de ensino permanecem priorizando a formação do pedagogo a partir de práticas e disciplinas focadas para a sala de aula; os egressos do curso não possuem experiências em outros espaços educacionais que sejam além da escola; o mercado de trabalho acaba que não possui o conhecimento acerca do potencial de um pedagogo, porque não observa em sua formação, as habilidades necessárias que os ambientes não formais exigem.

Além disso, o pedagogo enfrenta um outro desafio: o preconceito histórico. Dentro da sociedade a sua atuação ainda é reduzida a “professor da educação infantil e do ensino fundamental”, portanto, essa imagem distorcida do profissional gera uma dificuldade social de compreender que ele é capaz de planejar, mediar, avaliar e desenvolver indivíduos em diferentes contextos educativos. Assim, apesar da demanda por esse profissional existir, como acontece, por exemplo, em empresas, hospitais, meio jurídico, instituições e projetos sociais, o pedagogo precisa constantemente provar sua competência e disputar lugares com outras profissões já consolidadas, como psicólogos, administradores, assistentes sociais e etc.

Portanto, o desafio que urge é o de reinterpretar a formação inicial do pedagogo a partir das demandas sociais da atualidade, buscando uma formação que o reconheça para além da docência, valorizando-o como um profissional da educação, dando maior visibilidade ao seu trabalho como um agente transformador da realidade e não apenas como o executor da prática docente.

4 O CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFMA

Atualmente, como discente do curso de Pedagogia ingressante em 2020.1, o currículo ao qual tive acesso foi o elaborado em 2009, ainda vigente durante o período de minha formação. Esse currículo afirma estar ancorado em três dimensões: Docência, Planejamento e Gestão de Sistemas Educacionais e Investigação, e tem por objetivo formar um profissional capaz de: coordenar, acompanhar e assumir a gestão de ambientes escolares e não escolares, como também assessorar, planejar, implementar e avaliar experiências e projetos educacionais em diferentes instâncias (UFMA, 2009).

Ao analisarmos o currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) vigente até o ano de 2025, percebemos que as disciplinas que abordam a temática da educação não escolar são pouco expressivas em termos quantitativos e contribuem de forma limitada para a formação e reflexão dos discentes acerca dessa área de atuação no mercado de trabalho, embora o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de 2009, reconheça que há uma amplitude das práticas educativas e que:

[...] Observa-se o surgimento de outras instâncias e agentes educacionais que extrapolam o âmbito dos sistemas formais de ensino, abrindo espaços para a atuação profissional do pedagogo em atividades extraescolares como empresas, organizações não-governamentais, órgãos públicos estatais e não-estatais, meios de comunicação, movimentos sociais, etc." (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009, p.12)

Em seus objetivos específicos, o PPC de Pedagogia (2009) enfatiza que o Pedagogo deve desenvolver ações que favoreçam a aprendizagem significativa de ensinamentos tanto na escola, como em outras instâncias educacionais, sendo o último espaço subentendido como locais onde a educação não escolar pode acontecer. Contudo, a sua estrutura curricular não demonstra ser condizente com tal reconhecimento, visto que não contempla, de forma obrigatória ou optativa, disciplinas que abordem a respeito da temática da educação não escolar e da atuação do pedagogo nesses espaços.

Ao analisarmos a grade curricular do curso, observamos que o foco da formação no curso de Pedagogia da UFMA tem uma ênfase maior para a atuação dos

pedagogos em espaços formais de educação e em escolas. Um outro trecho do texto do documento comprova essa afirmação:

No caso do Curso de Pedagogia da UFMA, faz-se opção pela formação de um profissional competente para atuar no âmbito de sistemas educacionais, de modo especial no sistema de ensino formal e na escola, por considerá-los como espaços privilegiados de decisões, de formulação e concretização de políticas e práticas educativas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009, p.13)

Entretanto, o curso passou por um processo de reformulação em 2025, com entrada em vigor em 21 de agosto de 2025, no período 2025.2. Dentre as alterações realizadas na nova grade curricular, destacam-se a inclusão de duas disciplinas voltadas à educação não escolar: “Fundamentos e Metodologias da Educação em Espaços Educativos Não Escolares” (60h) e “Projeto Integrador de Práticas Educativas em Espaços Escolares e Não Escolares” (60h), o que representa um avanço significativo no reconhecimento dessa área como campo legítimo de atuação do pedagogo.

Apesar da reformulação curricular representar um avanço importante no reconhecimento da educação não escolar como campo legítimo de atuação do pedagogo, é preciso destacar que, durante a vigência do currículo de 2009, essa temática era pouco explorada e pouco contribuía para a formação integral dos discentes. A ausência de uma abordagem sistemática sobre a educação em espaços não escolares limitava a compreensão dos futuros pedagogos quanto à amplitude de sua atuação profissional. Assim, embora o novo currículo represente avanços significativos, como a inclusão de disciplinas voltadas a essa área, ainda se faz necessária uma reflexão mais profunda sobre como esses conteúdos serão efetivamente trabalhados ao longo do curso.

Logo, esse capítulo tem por objetivo analisar o currículo do curso de pedagogia da UFMA a partir do Projeto Pedagógico do Curso, focando em sua estrutura curricular, com bases teóricas e metodológicas da formação e no perfil do egresso, considerando se o estudante de Pedagogia é realmente preparado para atuação profissional em espaços não escolares. Dessa forma, o capítulo está organizado em quatro subseções: a primeira discorre sobre a estrutura organizacional do curso, considerando os componentes curriculares obrigatórios e eletivos; a segunda aborda sobre as bases teóricas e metodológicas da formação presentes no PPC; a terceira examina o perfil do egresso com base no documento; e, por fim, a quarta subseção

aborda as percepções dos estudantes de Pedagogia da UFMA acerca de como eles avaliam quanto a preparação oferecida pelo curso para atuação profissional nesse contexto não escolar.

4.1 Estrutura organizacional do curso: componentes curriculares obrigatórios e eletivos

Segundo o Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, o currículo deve proporcionar uma formação articulada q um referencial teórico-prático de conhecimento que proporcione uma compreensão, juntamente com a análise e crítica das práticas educativas, ou seja; a partir desses princípios o profissional de pedagogia poderá atuar em múltiplas dimensões do trabalho pedagógico: escolas, docência, sistemas educacionais, planejamento e investigação (buscando uma contínua análise a respeito dos problemas que permeiam a realidade educacional e escolar).

Logo, a estrutura organizacional do curso segue uma disposição a partir de uma matriz curricular formada por componentes obrigatórios e eletivos, que compõe uma carga horários de 3.315 horas, divididas em disciplinas teóricas e práticas abrangendo também os estágios obrigatórios, estudos diversificados e estudos independentes. Toda essa ordenação se constitui em volta de **quatro Eixos Formadores**, onde cada um deles, irá garantir a construção do referencial teórico-prático, a fim de contribuir para o exercício profissional do egresso de Pedagogia.

Tomando por base os princípios norteadores propostos, as disciplinas que constituem o currículo se organizarão em torno de quatro Eixos Formativos, cada um deles devendo garantir a construção de um determinado grupo de conhecimentos teórico-práticos necessários ao exercício profissional. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009, p.18)

Em relação aos componentes curriculares obrigatórios, eles se concentram, predominantemente, nos eixos a seguir:

Eixo Formativo I: Fundamentos Sócio-históricos e Político-culturais da Educação que constituem uma base teórica capaz de fomentar a reflexão e a crítica

das relações que permeiam a educação, sociedade e cultura, e é constituído pelas disciplinas:

- Filosofia da Educação (I e II)
- Sociologia da Educação (I e II)
- Psicologia da Educação (I, II e III)
- História da Educação
- História da Educação Brasileira
- Fundamentos Antropológicos da Educação
- Fundamentos Econômicos da Educação
- Estudos Comparados de Educação
- Fundamentos da Educação Infantil: História, Política e Cultura da Infância
- Estado, Movimentos Sociais e Políticas Educacionais.

No Eixo II: Políticas e Gestão de Sistemas Educacionais, Escola e Organização do Trabalho Pedagógico, que é dividido em 3 sub eixos:

Sub- eixo 01: Gestão de Sistemas Educacionais, que traz disciplinas para orientar o trabalho do pedagogo na gestão democrática nos sistemas educacionais e na escola com a intenção de:

Orientar e contribuir na construção da autonomia da unidade escolar, no planejamento didático, na organização do projeto curricular e do projeto político-pedagógico da escola, na investigação dos problemas postos pela prática pedagógica e nas propostas de intervenção para solucioná-los, implementando ações que visam aproximar escola/família/comunidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009, p.19)

E é composto pelas seguintes disciplinas:

- Gestão e Organização de Sistemas Educacionais (I e II)
- Didática I
- Currículo
- Política e Planejamento Educacional
- Avaliação de Políticas Públicas e Instituições Educacionais.
- Estatística Aplicada à Educação.

Sub-eixo 02: Formação para a Docência, traz a respeito dos diversos conteúdos que o professor deve trabalhar na escola, ligados às metodologias específicas, com objetivo de torná-lo um instrumento capaz de realizar a adaptação

didática de conteúdos e saberes científico-culturais. Constitui-se das seguintes disciplinas:

- Didática II
- Fundamentos e Metodologias da Alfabetização
- Fundamentos e Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa
- Fundamentos e Metodologia de Ensino de Matemática
- Fundamentos e Metodologia de Ensino de Ciências
- Fundamentos e Metodologia de Ensino de História
- Fundamentos e Metodologia de Ensino de Geografia
- Metodologias da Educação Infantil
- Estudos de Arte e Cultura Popular
- Informática Aplicada à Educação.
- Educação Especial
- Libras

Sub-eixo 03: Práticas Educativas Integradoras, que traz um espaço de interdisciplinaridade e aproximação da teoria com a prática dos conteúdos curriculares. É composto pelas disciplinas:

- Metodologia da Pesquisa Educacional
- Pesquisa Educacional (I a III)
- Estágio em Gestão do Trabalho Docente (I e II)
- Estágio em Docência na Educação Infantil
- Estágio em Docência de Anos Iniciais do Ensino Fundamental
- Estágio em Formação de Formadores
- Estágio em Gestão e Organização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental
- Estágio em Gestão de Sistemas Educacionais e Instituições de Ensino Médio
- Monografia.

Apesar dessa divisão, ambos trabalham integralmente, e buscam fornecer ao estudante o domínio de conhecimentos teórico metodológicos para a sua atuação em diferentes dimensões do trabalho pedagógico tanto na escola como em sistemas educacionais,

Pode-se perceber que há um destaque maior para disciplinas que abordam mais a atuação do pedagogo em espaços escolares, por exemplo: **Didática, Alfabetização, Currículo, Fundamentos da Educação Infantil, além dos sete estágios obrigatórios supervisionados** que são todos, majoritariamente realizados em instituições formais de ensino, pois são todos relacionados ao fazer docente. Essa predominância demonstra que a docência e a gestão escolar representam o eixo central do curso na formação inicial do pedagogo.

Quanto à educação não escolar, apesar do PPC reconhecer a ampliação do campo pedagógico, não há precisamente disciplinas obrigatórias que abordam a temática, o que limita uma aproximação sistemática do estudante com esse campo de atuação ainda em sua formação inicial.

Iremos observar sua aparição, um pouco mais evidente, nos componentes curriculares eletivos, sobretudo no **Eixo formativo 3: Estudos Diversificados e de Aprofundamento em Áreas Específicas**, que é composto por três subeixos, mas mais especificamente no **subeixo 2: Estudos Diversificados**, que tem por objetivo uma abordagem mais flexível, permitindo que os alunos escolham as disciplinas a partir de seus interesses individuais, algumas delas são:

- Criatividade e Novas Metodologias
- Educação Ambiental
- Educação e a Mulher
- Educação para a Saúde
- Educação e Diversidade Cultural
- Educação e Terceira Idade
- Educação e Literatura
- Educação, Trabalho e Tecnologia.
- Educação do Campo
- **Educação Não-Escolar**
- História da Educação Maranhense
- Historiografia da Educação Brasileira
- Linguística e Alfabetização
- Fundamentos da Educação Infantil
- Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos
- Fundamentos da Comunicação Educacional

- História e Política da Educação Especial

Ainda assim, por serem disciplinas eletivas, a oferta delas nem sempre é uma garantia, visto que depende que a Universidade juntamente com a coordenação de curso as ofereça, como também por parte dos discentes demonstrarem interesse nessas temáticas, logo nem todos terão acesso a esses conteúdos durante o curso.

Assim, ao avaliarmos a organização curricular do curso de Pedagogia da UFMA, é possível concluir que apesar dos progressos históricos e legais que conquistamos a respeito do reconhecimento da atuação do pedagogo em múltiplos espaços de trabalho, a disposição dos componentes curriculares obrigatórios e eletivos ainda demonstram uma disposição de disciplinas que visam uma formação totalmente voltada para a docência, reafirmando uma perspectiva histórica de que o espaço que o profissional de pedagogia ocupa é somente o formal, preterindo a educação não escolar como uma área secundária e complementar de atuação.

4.2 Bases teóricas e metodológicas da formação contidas no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFMA

As Bases Teóricas e Metodológicas que norteiam a formação do curso de pedagogia da UFMA demonstram estarem de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 1/2006. As duas defendem uma educação a partir da prática social, histórica e política, permitindo que o pedagogo perpassasse em diferentes dimensões do trabalho educativo, preferencialmente na docência, gestão democrática e na investigação educacional.

Em relação às bases teóricas, o documento adota uma abordagem de formação crítica e pautada na interdisciplinaridade, buscando estimular o estudante a desenvolver um pensamento crítico e questionador a respeito das diversas situações que ocorrem na sociedade como as desigualdades sociais, as estruturas políticas e a própria educação, já a prática interdisciplinar, o PPC procura unir a relação entre teoria-prática a partir de uma integralização vertical e horizontal, onde uma conecta os níveis de ensino ou etapas de aprendizado, enquanto a outra integra disciplinas promovendo a parceria entre aluno e professor. Percebe-se essa fundamentação

quando analisamos algumas disciplinas dispostas na organização curricular, como articulação teoria para melhorar a compreensão da educação e do trabalho pedagógico, são elas: Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação, Psicologia da Educação, Economia da Educação e a Antropologia. Todo esse arranjo dialoga diretamente com as DCNs que asseguram ao estudante de pedagogia que ele:

Art. 3º O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. (BRASIL, 2006, p.1)

Já na parte metodológica, o PPC adota o trabalho como princípio educativo, e novamente se alinha ao que é posto pelas DCNs, promovendo uma formação capaz de preparar o profissional para atuar tanto nos sistemas educacionais, funções pedagógicas e administrativas da escola, como também em outros espaços. Logo, a formação acontece vinculado a um referencial teórico-prático de conhecimentos que busca facilitar o aprendizado do estudante em compreender e analisar a prática educativa, adquirindo os conhecimentos e habilidades necessárias através da experiência direta com o campo de trabalho.

Além disso, o PPC incorpora a pesquisa como um princípio formativo, ressaltando que a formação do pedagogo deve ser composta pela pesquisa e investigação, de modo que o profissional sempre procure analisar o meio em que a prática educativa acontece. As DCNs reconhecem esse princípio quando menciona no artigo 3º, parágrafo único e inciso dois, que “Para a formação do licenciado em Pedagogia é central a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesses da área educacional”.

4.3 Perfil do egresso segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFMA

Segundo o PPC, o egresso do curso de pedagogia deverá estar apto para operar em diversos segmentos do âmbito educacional. Primeiramente, o curso busca formar e qualificar o pedagogo enquanto professor para atuar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de ensino médio na modalidade normal de Educação Profissional como apoio escolar e em outras áreas que sejam necessários os conhecimentos pedagógicos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009, p.14)

Enquanto docente, o pedagogo deverá orientar o processo de apropriação de conhecimentos e desenvolver recursos necessários para tornar a aprendizagem mais fluída e eficaz aos alunos. Essa descrição de atuação contempla o que é posto pelas DCNs no artigo 2º, inciso 1, ao compreender que:

Compreende-se à docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.

Além da docência, o PPC destaca o Planejamento e Gestão de Sistemas Educacionais como campo de exercício profissional também da pedagogia. Nessa área, o curso forma o pedagogo para coordenar, auxiliar e gerir ambientes escolares e não escolares, como também desenvolver projetos educacionais e promover a execução da gestão democrática no espaço de educação. Mesmo não contemplando disciplinas com a temática de educação não escolar para preparar o egresso para esse campo de atuação, o documento reconhece em seu texto que existe a ampliação do campo pedagógico e atende às exigências normativas das DCNs:

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Por fim, além da Docência, Gestão e Planejamento, o PPC inclui a investigação como um elemento essencial da formação do perfil do egresso, visto que valoriza a pesquisa como princípio formativo. Nesse sentido, o curso busca desenvolver um profissional capaz de analisar a realidade de forma crítica, identificar problemas socioculturais e educacionais, como também realizar diagnósticos sobre a sala de aula e que envolvam o processo educativo.

Logo, o Projeto Político Pedagógico do curso de pedagogia, prepara o profissional para além da docência, reconhecendo o trabalho pedagógico como um exercício complexo e que não se limita apenas a sala de aula, mas que perpassa por todos os segmentos da esfera educacional.

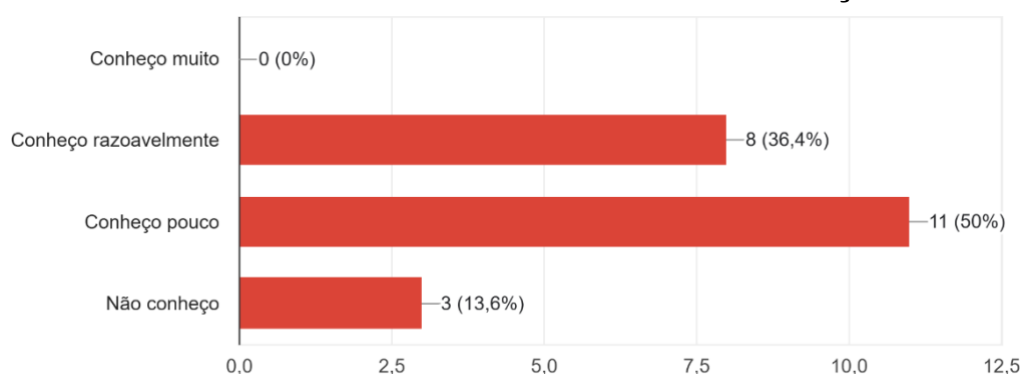
4.4 As percepções dos estudantes de Pedagogia da UFMA: avaliação quanto a preparação para atuação profissional

Nesta seção, serão analisados os resultados da pesquisa de campo realizada através de um formulário utilizando a ferramenta do Google Forms, desenvolvido com a intenção de refletir sobre como os alunos, de diferentes períodos, do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão se sentiam atendidos com a oferta da temática da educação não-formal e se com apenas com a formação inicial de pedagogo pela UFMA se sentiriam preparados para atuar em contextos não escolares. O formulário contou com treze questões flexíveis em seus formatos (múltipla escolha, caixas de seleção e campos de texto aberto) e a opção por esse formato de pesquisa se justifica pela coleta de dados eficiente e rápida e o seu amplo alcance. Os alunos em questão ingressaram em anos diferentes no curso, alguns já com previsão de formatura e outros a partir do 2º período. Ao todo, 22 alunos participaram respondendo ao questionário.

No gráfico acima, a maior parte dos estudantes respondeu que tinham tido aproximação com a temática em sala de aula, principalmente na disciplina eletiva de Estudos Diversificados, História da Educação e Sociologia da Educação.

Quando perguntados sobre o que entendiam por educação não-formal, grande parte responderam de maneira geral como: “A educação que ocorre fora da instituição de ensino” (Respondente 3) ou ainda como “Todo tipo de prática educativa que acontece em ambientes não educativos” (Respondente 4). Dessa maneira, eles demonstraram ter uma compreensão a respeito da temática, porém pouco aprofundada, vinculada a ideia de oposição ao espaço escolar.

Gráfico 4 - Como você situaria o seu conhecimento sobre educação não formal

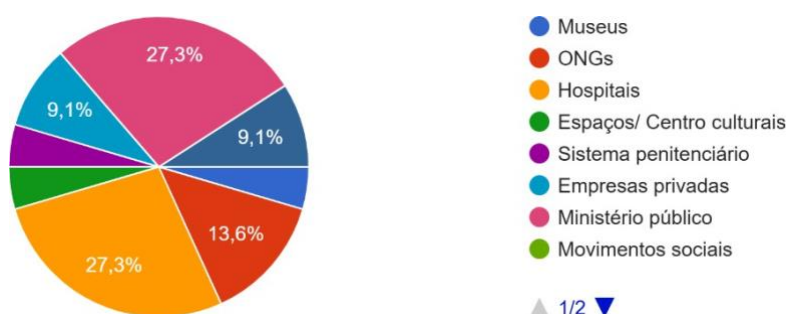


O gráfico 4 busca compreender o nível de conhecimento dos alunos a respeito da educação não-formal, 50% dos alunos responderam que tinham pouco conhecimento, 36% alegaram conhecer razoavelmente, enquanto 13,6% informaram não conhecer. Os alunos que marcaram conhecer pouco são de 2022.1, e os que selecionaram a opção razoavelmente, a maioria são de 2019.1.

Ao questioná-los se com o diploma de Pedagogo(a) da UFMA, o aluno se sentia preparado para atuar na educação não-formal, 16 alunos responderam que não se sentiam preparados e os demais expressaram que acreditavam conseguir se adaptar e exercer a profissão nesses espaços, um deles demonstrou que “Sim, no entanto se faz necessária a promoção de pesquisas e debates a respeito do tema, para uma melhor atuação do Pedagogo nesses espaços, assim como uma reformulação no currículo do curso” (Respondente 7). A maioria dos respondentes afirma que apenas com a formação inicial seria insuficiente para abranger a complexidade e a diversidade dos contextos não escolares. Um dos participantes afirmou que “Difícilmente, afinal de contas o currículo atual, ao menos o que eu estou me formando, é extremamente

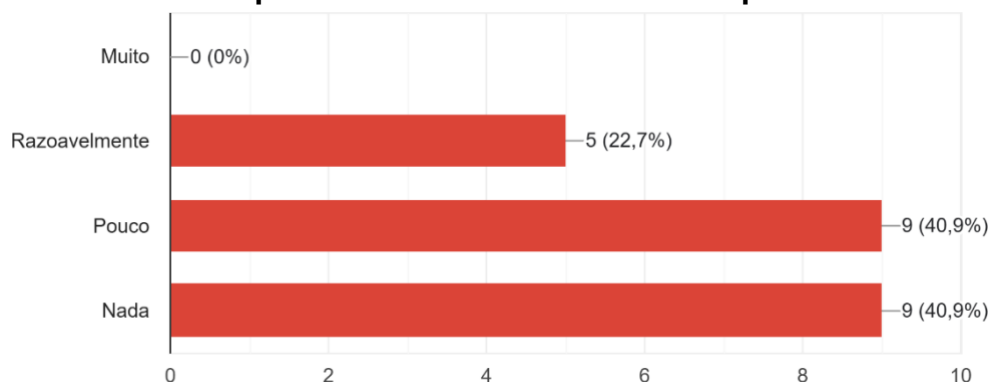
raso e sequer trata da educação não formal” (Respondente 9). Outro destacou que “Não, apenas a disciplina, inclusive optativa, que fiz não foi capaz de abranger tudo o que o assunto trata, foram trabalhados apenas conceitos introdutórios” (Respondente 14), na sequência o respondente 16 pontuou que “Não, pelo que já ouvir falar são vários espaços. Preciso de no mínimo conhecer muito bem esses ambientes e me aperfeiçoar com uma pós graduação ou coisa do tipo”.

Gráfico 5 - Em quais desses espaços você gostaria de atuar enquanto Pedagogo(a)?



Essa questão buscou analisar os possíveis espaços em que os alunos gostariam de atuar na educação não-formal. As opções mais escolhidas foram “Hospitais” e “Ministério Público”, mas há uma distribuição de outros espaços como “ONGs” e “Empresas privadas”, os alunos que selecionaram “outros” não especificaram quais seriam esses espaços.

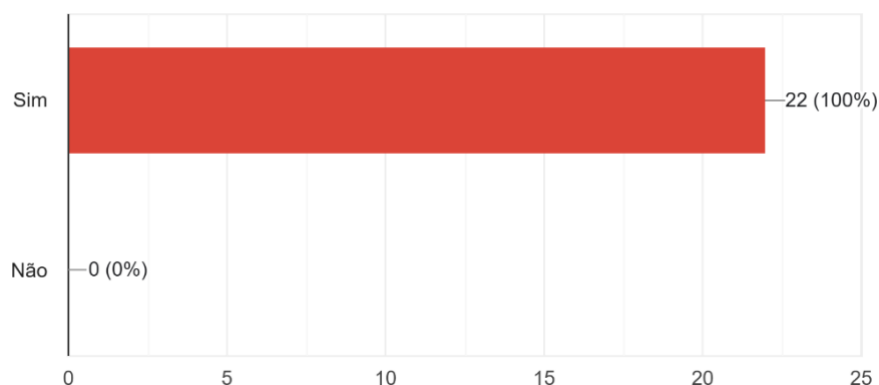
Gráfico 6 - Como aluno(a) de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, como você entende que o currículo do curso contempla esse tema?



No gráfico 6, os alunos demonstraram suas opiniões a respeito do currículo do curso de pedagogia da UFMA, se este contempla a temática da educação não escolar, 40,9% dos alunos disseram que o currículo contempla pouco ou nada, 22,7% afirmam

que ele aborda razoavelmente, enquanto nenhum aluno afirmou que a estrutura organizacional do curso contempla muito.

Gráfico 7 - O curso de Pedagogia da UFMA deveria contemplar mais esse tema?



Nessa questão, os alunos foram questionados se achavam importante que o curso de pedagogia da UFMA contemplasse mais esse tema da educação não formal, e o resultado foi que a totalidade dos estudantes respondeu que sim.

A partir dessa pesquisa podemos observar que apesar da educação ocorrer em múltiplos espaços e que o profissional de pedagogia pode e deve explorar esse campo, os estudantes que estão sendo formados pelo curso de pedagogia da UFMA demonstram conhecer pouco e superficialmente essa área de atuação. Libâneo (2008) reflete que após sua formação, o profissional da educação pode atuar em vários campos sociais da educação, que vem surgindo a partir das novas demandas da sociedade. Portanto, seria interessante que a UFMA repensasse continuamente o currículo do curso para que existissem possibilidades de disciplinas que valorizem realmente o tema da educação não escolar, permitindo aos estudantes que desejam atuar nessa área o acesso aos conhecimentos necessários para desenvolver as habilidades fundamentais para sua atuação.

Essa ideia se concretiza quando a maioria dos alunos destacam que apenas com o diploma de pedagogo pela UFMA não seria ainda competente atuar em outros espaços que fossem além da escola e para além da docência e gestão escolar. Essa afirmativa gera uma inquietação, pois é importante que o aluno tenha conhecimento acerca das possibilidades de atuação que o curso oferece, sobretudo se a formação capacita esse profissional para ambas as oportunidades de prática pedagógica. Libâneo reflete sobre o curso de pedagogia da seguinte forma:

Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais. Não há sociedade sem práticas educativas. Pedagogia diz respeito a uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas. (LIBÂNEO, 2008, p.6)

Portanto, a pedagogia como ciência da educação, deve ser reconhecida pelo seu papel essencial na sociedade e embora associamos ela ao contexto escolar, devemos ter em mente que ela transita e é inerente aos processos sociais que envolvam a educação e as práticas educativas no meio social. Logo a formação do pedagogo deve envolver estudos e reflexões sistemáticas no campo da educação, que não seja compreendida exclusivamente como funcional e técnica, mas que busquem formar educadores competentes e críticos, capazes de lidar com a diversidade e inovar através de uma educação inclusiva e de qualidade. Nesse sentido, é necessário defender um currículo focado em produzir e desenvolver competências pedagógicas aplicadas em diferentes contextos da sociedade que extrapole os espaços da escola e estimule o aluno a aprender a desenvolver práticas educativas, como planejamentos, avaliação e execução de projetos em diferentes ambientes relacionados à educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse estudo, buscamos apresentar reflexões teóricas e legais sobre as especificidades da formação do pedagogo, sua formação inicial, exercício profissional, seus conhecimentos e práticas em espaços não escolares. Ficou provado que o trabalho do pedagogo vai além do espaço formal da escola, representando um campo multidisciplinar de exercício da prática educativa. Dessa forma, apoiamos essa pesquisa em autores que estudam sobre os campos de atuação do pedagogo, em documentos legais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/96 tomando como referência o curso de pedagogia da UFMA.

O primeiro capítulo trouxe uma análise histórica da formação do pedagogo e atuação profissional no Brasil, buscando compreender desde sua origem, que evidenciou ser marcada fortemente ao espaço escolar e a docência. Esse vínculo acabou contribuindo para o estabelecimento de uma identidade profissional focada pela ênfase em sala de aula, sobretudo na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Apesar das legislações educacionais para o curso de pedagogia reconhecerem a ampliação do campo de atuação do pedagogo em diversos contextos, ainda há desafios quanto ao modo de como se organiza a formação e como ela é executada nas instituições de ensino superior.

Em relação a atuação do pedagogo nos espaços formais de educação, ficou claro que existe uma grande relevância da presença desse profissional, visto que ele colabora para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que envolvem ensino, gestão e processos educativos dentro do ambiente formal de ensino, como escolas e instituições educacionais. Seu papel consiste na organização do trabalho pedagógico, como também em conduzir o processo de ensino aprendizagem e na elaboração de propostas educativas que visem somar na formação integral de todos os sujeitos envolvidos no processo formativo.

Quando adentramos no capítulo referente aos espaços educacionais não escolares na atualidade, a pesquisa demonstrou que existe uma ampliação do campo de atuação do pedagogo em diferentes contextos sociais, como hospitais, empresas, sistemas carcerários, área jurídica, organizações não governamentais, instituições culturais e entre outros. Nesses ambientes, o pedagogo exerce funções como

articulador, mediador e gestor de processos educativos, com foco no desenvolvimento humano e na transformação social. O pedagogo hospitalar busca garantir a educação de crianças, adolescentes e adultos em situação de internação, com atividades lúdicas e interativas de modo que minimize os impactos do afastamento escolar, através de seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. O pedagogo empresarial atua através da educação corporativa com o objetivo de trazer resultados organizacionais por meio da elaboração de treinamentos e desenvolvimento de colaboradores. O pedagogo jurídico busca inserir seus conhecimentos pedagógicos para auxiliar em decisões e intervenções sociais, principalmente em espaços como Tribunais de Justiça e Ministério Público, elaborando pareceres pedagógicos no caso de envolvimento de menores, conflitos familiares e situações de vulnerabilidade social. Já o pedagogo social atua com o objetivo de cidadania e desenvolvimento de pessoas em vulnerabilidade social, atuando em diversos contextos como em presídios e ONGs. Nos presídios a busca primordial é pela ressocialização e reintegração dos detentos na sociedade, oportunizando um desenvolvimento intelectual e profissional através da educação. Nas ONGs o pedagogo desenvolve atividades e projetos sociais e educativos, para capacitação dos indivíduos por meio da mediação de conhecimentos e aprendizagens que os estimulem a terem esperanças de melhores condições de vida. Todavia, mesmo com o grande valor dessas atuações, ainda persistem um vazio significativo entre o reconhecimento teórico dessa ampliação e sua efetiva materialização na formação inicial dos cursos de pedagogia, o que contribui para grandes desafios, inseguranças e limitações no exercício profissional do pedagogo nesses espaços.

O capítulo que analisa o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFMA revelou que, embora o documento, em seu texto, reconheça a diversidade de campos de atuação do pedagogo, a organização curricular valoriza sobretudo, uma formação voltada para a docência e gestão escolar. As disciplinas que abordam a educação não escolar aparecem de forma pontual, sem aprofundamento teórico e prático suficiente para uma formação concreta para exercício profissional. Tal afirmação é reforçada pelas percepções dos estudantes, que demonstram estar mais preparados para atuar no contexto formal de educação do que em outros espaços educativos, revelando uma contradição entre o discurso institucional e a prática formativa do curso de pedagogia da UFMA.

Portanto, acredito ser interessante a necessidade de repensar o currículo do curso de Pedagogia da UFMA, de modo a contemplar de forma mais consistente a diversidade de contextos em que o pedagogo pode atuar. Isso inclui principalmente, ampliar a oferta de disciplinas teóricas e práticas, como também estágios voltados aos espaços não escolares, possibilitando ao aluno uma formação mais crítica e reflexiva de acordo com as demandas da sociedade contemporânea.

Por fim, esta pesquisa buscou contribuir para a reflexão acerca dos lugares que o pedagogo pode adentrar além do espaço formal da escola, a partir dos lugares da educação na sociedade atual, ademais refletiu também acerca da formação do pedagogo ao evidenciar que a ampliação de seu campo de atuação não deve se limitar ao discurso presente nos documentos oficiais, mas precisa se materializar efetivamente nos projetos pedagógicos dos cursos. Ao reconhecer o pedagogo como um profissional da educação que atua para além dos muros da escola, reforça-se a importância de uma formação que valorize a diversidade de práticas educativas e que prepare o futuro profissional para intervir de maneira qualificada nos diferentes contextos sociais nos quais a educação se faz presente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação; Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.** Brasília, DF: MEC/CNE, 2006. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça. Recomendação nº 2, de 25 de abril de 2006.** Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/854>. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 set. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13716.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968. Provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5564.htm. Acesso em: 26 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
DAVID, Flávia; PORTELA, Mariana. **Hospital Jesus**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em:
http://www0.rio.rj.gov.br/pcrj/destaques/especial/hospital_jesus.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUT NATIONAL SUPÉRIEUR DE FORMATION ET DE RECHERCHE POUR L'ÉDUCATION INCLUSIVE (INSEI). Site institucional. Disponível em:
<https://www.insei.fr/>. Acesso em: 8 dez. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia**. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 59-97.

LIBÂNEO, José Carlos. **Diretrizes curriculares da Pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 843-876, out. 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: para quê?** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, Elange Torres da Costa; SENNA, Silza Almeida Costa; MENDES, Vera Lúcia Wanderley. **Pedagogia jurídica: conceitos e elementos constitutivos de um campo em construção**. *Revista Epistemologia e Práxis Educativa – EPEduc*, PiauÍ, v. 7, n. 1, 2024. eISSN 2674-757X. DOI: <https://doi.org/10.26694/epeduc>.

MEDINA, Antonia da Silva. **Supervisão escolar: da ação exercida à ação repensada – uma experiência em pesquisa-ação**. 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre: AGE Editora, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor**. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 72-89, jul./dez. 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção Educação Contemporânea).

SOUZA, Raíssa Paes de. **Pedagogia hospitalar — histórico, leis que regulamentam e a docência hospitalar**. Goiânia: PUC Goiás, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3075/1/Monografia%20Ra%C3%ADssa%20Paes%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

SPRICIGO, Fabrício. **O orientador educacional: atuação, formação profissional e dilemas enfrentados pelo Pedagogo Escolar com o fim das habilitações em Pedagogia**. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 187-205, jan./jun. 2012.

TJRR. Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. 30 anos TJRR: **O primeiro concurso público para servidores do TJRR ocorreu em 1996**. Disponível em: <https://www.tjrr.jus.br/index.php/noticias/4931-30-anos-tjrr-primeiro-concurso-publico-para-servidores-do-tjrr-ocorreu-em-1996>. Acesso em: 7 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia**. São Luís: UFMA, 2007/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia**. São Luís: UFMA, 2025.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM ALUNOS**FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM ALUNOS - GOOGLE FORMS**

- Qual o seu ano de ingresso no curso de Pedagogia na UFMA?
 - Em qual turno você estuda? Tarde ☐ Noite ☐
 - Qual o seu ano de previsão de conclusão do curso de Pedagogia na UFMA?
1. Em algum momento da sua graduação no curso de Pedagogia da UFMA você ouviu falar sobre Educação não formal? ☐ Sim ☐ Não
- Se a resposta for **SIM**; diga em que momento do curso você tomou conhecimento sobre espaços não formais de educação, por exemplo: em sala de aula, alguma disciplina, grupos de pesquisa, eventos, estágio, palestra, oficina; etc
2. O que você entende por Educação Não Formal?
3. Como você situaria o seu conhecimento sobre educação não formal:
☐ Conheço muito ☐ Conheço razoavelmente ☐ Conheço pouco ☐ Não conheço
4. Apenas com o diploma de Pedagogo (a), você se sentiria preparado para atuar na educação não formal? ☐ Sim ☐ Não
Justifique sua resposta:
5. Se você pudesse, em quais desses espaços você gostaria de atuar enquanto Pedagogo(a)?
☐ Museus ☐ ONG ☐ Hospitais ☐ Espaços/centros Culturais ☐ Presídios
☐ Empresas privadas ☐ Ministério Público ☐ Movimentos Sociais
☐ Em nenhum deles
☐ Outros:
6. Como aluno(a) de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, como você entende que o currículo do curso contempla esse tema?
☐ Muito ☐ Razoavelmente ☐ Pouco ☐ Nada
7. Em sua opinião, o curso de Pedagogia da UFMA deveria contemplar mais esse tema?
☐ Sim ☐ Não
8. Você gostaria de acrescentar comentários sobre esse assunto?